

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**PARALELO DE DESENVOLVIMENTO MICRORREGIONAL:
MICRORREGIÕES DE BLUMENAU, DE ITAJAÍ E DE JOAÇABA**

DANUZA DOMINGOS

Florianópolis, 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

**PARALELO DE DESENVOLVIMENTO MICRORREGIONAL:
MICRORREGIÕES DE BLUMENAU, DE ITAJAÍ E DE JOAÇABA**

Monografia submetida ao Departamento
de Ciências Econômicas para obtenção de
cargo horária na disciplina CNM 5420 –
Monografia

Por: Danuza Domingos

Orientador: Prof. Dr. Louis Roberto Westphal

Área de Pesquisa: Desenvolvimento Sócio-econômico

Palavras-chave: 1. Desenvolvimento
2. Crescimento Econômico
3. Qualidade do Crescimento
4. Desenvolvimento Endógeno
5. Microrregiões

Florianópolis, 03/2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 8,5 para a aluna Danuza Domingos na disciplina CNM 5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

Pof. Dr. Louis Roberto Westphal
Presidente

Prof. Dr. Hoyêdo Nunes Lins
Membro

Prof. Dr. Cícero Ricardo França Barbosa
Membro

À minha família, em especial meus pais, que me deram apoio e forças durante as fases mais difíceis não só deste trabalho como também todos os anos de faculdade.

AGRADECIMENTOS

Neste momento gostaria de agradecer a todos que colaboraram direta e indiretamente para a realização deste trabalho.

Agradeço primeiramente a Deus, que me deu serenidade durante toda a minha vida e guiou meus passos até o presente momento.

Jamais poderia deixar de agradecer minha família, em especial meus pais e meu irmão Felipe. Foram eles que me ensinaram o essencial da vida e que durante as noites que passei em frente ao computador fazendo trabalhos ou estudando para as provas, apavorada porque o tempo estava acabando. Nessas horas meu pai dizia apenas: “Sem estresse!”. Minha mãe inventava de fazer mil e um quitutes para que eu não deixasse de alimentar. Essa era a parte boa de ter tantas coisas para fazer. Meu irmão me ajudava quando eu tinha problemas com o computador, e quando eu precisava ir correndo para a universidade me levava, buscava e quando não podia emprestava o carro. Até quando levei trote ele faltou a aula pra me buscar.

Não posso esquecer também das minhas companheiras de universidade Andreza, Natasha, Julia... Quantas vezes quase morremos de rir e de chorar juntas! Passamos muitas férias estudando e fazendo trabalhos porque o semestre ainda não havia acabado. As caronas no Tônico (famoso fusca da Andreza), o aperto no ônibus todos os dias. Aos demais colegas de turma com os quais adorei conviver e que vou sentir saudades. Obrigada!

Ao meu namorado Mateus, pela compreensão, atenção, incentivo e dedicação. Foi ele quem leu, em primeira mão, estas páginas, e me auxiliou na revisão desta monografia.

Agradeço também ao pessoal do meu trabalho, especialmente a Fátima e a Gi que cobriam os meus horários quando precisava faltar para me encontrar com o orientador.

Agradeço de maneira especial ao Professor Louis Westphal que me orientou neste trabalho de conclusão. Seus conselhos e sua orientação me ensinaram como fazer uma pesquisa de verdade e me deram calma para continuar o trabalho sem perder o foco.

E aos demais professores do curso que contribuíram para a minha formação acadêmica e profissional.

RESUMO

Ao longo dos últimos anos o processo de desenvolvimento teve seu foco modificado. Deixou-se de buscar apenas crescimento econômico e a partir de 1990 este crescimento passou a ser vinculado também a distribuição e redução da pobreza. Além dos indicadores econômicos é também importante levar em consideração a forma como desenvolvimento está ocorrendo, ou seja, a qualidade do crescimento e papel dos fatores locais no processo de crescimento. Neste sentido, buscou-se analisar o grau de desenvolvimento alcançado pelas microrregiões de Blumenau, Itajaí e Joaçaba comparativamente. Neste estudo esta análise foi feita sob a ótica das teorias da “Qualidade do Crescimento” e do “Desenvolvimento Endógeno” e a partir de indicadores econômicos e sociais do processo de desenvolvimento retirados principalmente de fontes como a Secretaria do Planejamento de Santa Catarina, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD. Tais dados permitiram analisar a evolução do desenvolvimento das microrregiões, bem como o comportamento da variação da população, da População Economicamente Ativa – PEA, do Produto Interno Bruto - PIB, das taxas de desemprego, o papel de cada setor econômico na microrregião, a concentração de renda medida pelo índice de Gini, e os indicadores de qualidade de vida resumidos pelo Índice de Desenvolvimento Municipal – IDHM. Concluiu-se, desta forma, que a população em todas as microrregiões cresceu a taxas bastante elevadas para os anos analisados, especialmente na área urbana indicando uma possível migração da população da área rural para a área urbana. A PEA das microrregiões apresentou um comportamento semelhante ao da população total, concentrando-se na área urbana, onde a taxa de desemprego também foi a mais elevada. As maiores taxas de desemprego foram verificadas no ano de 2000, sendo que, neste ano, a microrregião com maior taxa de desemprego geral foi a de Itajaí, seguida pela de Joaçaba e pela de Blumenau. Através do PIB, considerando-se a inflação constante durante o período analisado, pôde-se verificar que estas microrregiões estão crescendo economicamente e que os setores mais representativos são a indústria para as microrregiões de Blumenau e Joaçaba e o de serviços para a microrregião de Itajaí. O crescimento econômico medido pelo PIB se refletiu no PIB *per capita*, mas através do índice de Gini, foi possível notar que todas microrregiões sofreram aumento na concentração de renda entre os anos de 1991 e 2000. No entanto, consideram-se como medida da qualidade do crescimento o IDHM, notou-se que houve melhoras parciais para essas microrregiões que apresentaram índices em torno de 0,8 no ano de 2000. As melhoras referentes ao IDHM foram puxadas principalmente pela IDH – Educação, um dos sub-índices do IDHM.

Palavras-Chave: Desenvolvimento, Crescimento Econômico, Qualidade do Crescimento, Desenvolvimento Endógeno, Microrregiões.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução População Residente Total Microrregiões _____	49
Gráfico 2- Evolução População Residente Microrregional - Rural _____	51
Gráfico 3 – Evolução População Residente Microrregiões – Urbana _____	52
Gráfico 4 - Evolução População Economicamente Ativa das Microrregiões _____	55
Gráfico 5 - Evolução PIB Microrregional a Preços de Mercado 1998-2004 _____	68
Gráfico 6- Evolução do PIB Segundo os Setores Econômicos Santa Catarina _____	78
Gráfico 7 - Evolução do PIB por Setor Econômico Microrregião de Blumenau _____	79
Gráfico 8 – Evolução do PIB Segundo os Setores Econômicos Microrregião de Itajaí _____	80
Gráfico 9 - Evolução do PIB Segundo os Setores Econômicos Microrregião de Joaçaba ____	82

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Processo de Desenvolvimento com Qualidade_____	27
Quadro 2- Evolução População Economicamente Ativa das Microrregiões Rural e Urbana_	56
Quadro 3 - Taxa de Desemprego de Santa Catarina e das Microrregiões _____	62
Quadro 4 - Taxa de Desemprego Rural de Santa Catarina e das Microrregiões _____	64
Quadro 5 – Taxa de Desemprego Urbana de Santa Catarina e das Microrregiões_____	65
Quadro 6 – Participação Percentual do PIB Microrregional no PIB Estadual _____	67

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População Residente Total Microrregiões e Santa Catarina (1970-2005) _____	47
Tabela 2 – Variação População Residente Total _____	48
Tabela 3– Distribuição População Residente – Rural e Urbana _____	49
Tabela 4 - Proporção População Residente – Rural e Urbana _____	50
Tabela 5 – Variação População Residente – Rural _____	51
Tabela 6 – Variação População Residente – Urbana _____	52
Tabela 7 - População Economicamente Ativa Total (1970-2000) _____	54
Tabela 8 – Variação População Economicamente Ativa _____	54
Tabela 9 - Proporção População Economicamente Ativa – Rural e Urbana _____	55
Tabela 10 – Variação População Economicamente Ativa – Rural _____	57
Tabela 11 – Variação População Economicamente Ativa – Urbana _____	57
Tabela 12 – Empregados Segundo os Setores Econômicos em 2000 _____	59
Tabela 13 – Empregados Segundo os Setores Econômicos em 2004 _____	60
Tabela 14 - População Economicamente Ocupada e População Economicamente Ativa ____	61
Tabela 15 - Taxa de Desemprego Total _____	62
Tabela 16 – Taxa de Desemprego Rural _____	63
Tabela 17 - Taxa de Desemprego Urbana _____	64
Tabela 18 - Evolução PIB a Preço de Mercado Corrente (1998-2004) _____	66
Tabela 19 - Participação Percentual do PIB Microrregional no PIB de Santa Catarina (1998-2004) _____	67
Tabela 20 – Variação do PIB a Preços de Mercado – 1998-2004 _____	68
Tabela 21- PIB Per Capita Santa Catarina _____	70
Tabela 22- Variação Percentual PIB <i>Per Capita</i> Santa Catarina _____	70
Tabela 23 - PIB Per Capita Microrregião de Blumenau _____	71
Tabela 24 - Variação Percentual PIB <i>Per Capita</i> Microrregião de Blumenau _____	72
Tabela 25 - PIB Per Capita Microrregião de Itajaí _____	73
Tabela 26 - Variação Percentual PIB <i>Per Capita</i> Microrregião de Itajaí _____	74
Tabela 27 - PIB Per Capita Microrregião de Joaçaba _____	75
Tabela 28 – Variação Percentual PIB <i>Per Capita</i> Microrregião de Joaçaba _____	76
Tabela 29 - PIB Segundo os Setores Econômicos Santa Catarina _____	77
Tabela 30 - PIB Microrregião de Blumenau Segundo os Setores Econômicos _____	78
Tabela 31 - PIB Segundo os Setores Econômicos Microrregião de Itajaí _____	80
Tabela 32 - PIB Segundo os Setores Econômicos Microrregião de Joaçaba _____	81
Tabela 33- Índice de Gini Santa Catarina _____	83
Tabela 34 - Índice de Gini Microrregião de Blumenau _____	84
Tabela 35 - Índice de Gini Microrregião de Itajaí _____	85
Tabela 36 - Índice de Gini Microrregião de Joaçaba _____	86
Tabela 37 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Microrregião de Blumenau (1991 e 2000) _____	87
Tabela 38 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Microrregião de Itajaí (1991 e 2000) _____	89
Tabela 39 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Microrregião de Joaçaba (1991 e 2000) _____	90

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 - PROBLEMA DE PESQUISA	11
1.1 INTRODUÇÃO	11
1.2 OBJETIVOS	13
1.2.1 Geral	13
1.2.2 Específicos	14
1.3 METODOLOGIA	14
CAPÍTULO 2 - ASPECTOS CONCEITUAIS	16
2.1 EVOLUÇÃO NA ABORDAGEM DO DESENVOLVIMENTO	16
2.2 RELAÇÃO ENTRE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E CRESCIMENTO ECONÔMICO	18
2.3 INDICADORES DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL	20
CAPÍTULO 3 - DISCUSSÃO TEÓRICA	25
3.1 A QUALIDADE DO CRESCIMENTO	25
3.1.1 Visão Geral	26
3.1.2 Os Princípios do Desenvolvimento	28
3.1.3 Ações-Chave no Processo de Crescimento com Qualidade	29
3.1.4 Os Indicadores do Desenvolvimento	31
3.2 DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO	34
3.2.1 Desenvolvimento Endógeno: Formação do Paradigma e Características Gerais	35
3.2.2 Conceito de Desenvolvimento Endógeno e os Sistemas Produtivos Locais	36
3.2.3 O Papel dos Recursos Externos para o Desenvolvimento Endógeno	39
3.2.4 Um Desenvolvimento Endógeno Local	40
3.2.5 Críticas ao Modelo de Desenvolvimento Endógeno	41
CAPÍTULO 4 – ANÁLISE MICRORREGIONAL COMPARATIVA	43
4.1 CARACTERÍSTICAS GERAIS DO ESTADO DE SANTA CATARINA E DAS MICRORREGIÕES ESTUDADAS	43
4.1.1 Estado de Santa Catarina	43
4.1.2 Microrregião de Blumenau	44
4.1.3 Microrregião de Itajaí	45
4.1.4 Microrregião de Joaçaba	46
4.2 ASPECTOS POPULACIONAIS	46
4.2.1 População Total Microrregiões e do Estado de Santa Catarina	47
4.3 SITUAÇÃO OCUPACIONAL	58
4.3.1 Número de Empregados Segundo os Setores Econômicos	59
4.3.2 Taxa de Desemprego	61
4.4 ASPECTOS ECONÔMICOS	66
4.4.1 Evolução do PIB das Microrregiões e do Estado de Santa Catarina (1998- 2004)	66
4.4.2 PIB <i>Per Capita</i> de Santa Catarina e das Microrregiões (1998-2004)	70
4.4.3 PIB Segundo os Setores Econômicos de Santa Catarina e das Microrregiões (1998-2004)	77
4.5 ASPECTOS SOCIAIS	82
4.5.1 Medidas de Desigualdade	82

	10
4.5.2 Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	87
4.6 UMA ANÁLISE COMPARATIVA	91
CAPÍTULO 5 – CONCLUSÕES E SUGESTÕES	94
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	97
ANEXO A	98
ANEXO B	99
ANEXO C	100

CAPÍTULO 1 - PROBLEMA DE PESQUISA

1.1 INTRODUÇÃO

O processo de desenvolvimento, tanto sua prática como seu pensamento, vem passando por mudanças nos últimos anos.

Segundo o Relatório do Banco Mundial, Desenvolvimento e Redução da Pobreza Reflexão e Perspectiva de outubro de 2004, as fases do pensamento sobre o desenvolvimento podem ser assim apresentadas:

- **1950-1960:** Neste período a idéia de desenvolvimento estava associada ao crescimento agregado;
- **1965-1990:** A idéia de desenvolvimento passa a se identificar com processos de mudanças sociais e econômicas, isto graças às contribuições de Singer, Seers e outros;
- **A partir de 1990:** O desenvolvimento econômico passa a ser vinculado conceitualmente às noções de crescimento econômico, distribuição e redução da pobreza.

Mas não é só o conceito de desenvolvimento que está se modificando, a própria compreensão da pobreza está sendo ampliada. O que antes estava relacionado apenas a renda e consumo, agora inclui também educação, participação social e política, segurança pessoal e liberdade, qualidade ambiental.

Torna-se cada vez mais importante que o processo de desenvolvimento seja sustentado. Mas não são apenas os valores relativos ao crescimento que importam nesse caso. O modo como esse crescimento ocorre é de extrema importância, ou seja, a qualidade deste crescimento.

Segundo Thomas (2000), para que o desenvolvimento seja capaz de melhorar a qualidade de vida das pessoas é preciso que se alcance:

- Maior renda *per capita*;
- Educação mais eqüitativa e oportunidades de emprego;
- Maior igualdade de gênero;
- Melhor saúde e nutrição;

- Meio ambiente mais sustentável;
- Sistema judicial e legal imparcial;
- Liberdades civis e políticas mais amplas;
- Vida cultural mais rica;

Assim, para que ocorra um processo de crescimento com qualidade são necessários alguns aspectos-chave como: distribuição das oportunidades, sustentabilidade do meio ambiente, gerenciamento dos riscos globais e melhorar o governo e controlar a corrupção.

As mudanças no processo de desenvolvimento estão ocorrendo nas diversas regiões do mundo e em Santa Catarina não é diferente. Desta forma, foram selecionadas três microrregiões desse Estado: microrregião de Blumenau, microrregião de Itajaí e microrregião de Joaçaba.

Essas microrregiões apresentam características distintas quanto à base produtiva (industrial, agropecuária e serviços), grau de desenvolvimento, Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), Distribuição da População etc.

A microrregião de Blumenau é composta por 15 municípios (Apiúna, Ascurra, Benedito Novo, Blumenau, Botuverá, Brusque, Doutor Pedrinho, Gaspar, Guabiruba, Indaial, Luiz Alves, Pomerode, Rio dos Cedros, Rodeio e Timbó) que juntos respondem por aproximadamente 12% do Produto Interno Bruto (PIB) de Santa Catarina, cerca de 8,53 bilhões de reais em 2004, segundo a Secretaria de Estado do Planejamento. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) dos municípios pertencentes a essa microrregião, segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, variaram entre 0,768 (Apiúna) e 0,855 (Blumenau) e uma média de 0,821 no ano de 2000.

Quanto a Microrregião de Itajaí, que inclui os municípios de Balneário Camboriú, Barra Velha, Bombinhas, Camboriú, Ilhota, Itajaí, Itapema, Navegantes, Penha, Balneário Piçarras, Porto Belo e São João do Itaperiú, a média do IDH-M em 2000 era de 0,803, sendo que o IDH-M dos municípios que a compõem variaram entre 0,764 (Camboriú) e 0,867 (Balneário Camboriú). Sua participação no PIB de Santa Catarina no ano de 2004, segundo a Secretaria de Estado do Planejamento é de aproximadamente 6%, ou seja, 4,04 bilhões de reais.

A Microrregião de Joaçaba, por sua vez, é composta por um número maior de municípios, 27 (Água Doce, Arroio Trinta, Caçador, Calmon, Capinzal, Catanduvas, Erval

Velho, Fraiburgo, Herval D'Oeste, Ibiam, Ibicaré, Iomerê, Jaborá, Joaçaba, Lacerdópolis, Lebon Régis, Luzerna, Macieira, Matos Costa, Ouro, Pinheiro Preto, Rio das Antas, Salto Veloso, Tangará, Treze Tílias, Vargem Bonita, Videira) que representam cerca de 7% do PIB catarinense, 5,23 bilhões de reais em 2004. Seu IDH-M no ano de 2000 variou entre 0,700 (Calmon) e 0,866 (Joaçaba), com uma média para a microrregião de 0,802.

Além dos indicadores mencionados acima, o modo como está distribuída a população nas microrregiões analisadas, o PIB por setor, o PIB *per capita* e distribuição da renda variam de uma microrregião para outra.

É por este motivo que este trabalho visa tratar, de modo comparativo, de três microrregiões do Estado de Santa Catarina, microrregião de Blumenau, microrregião de Itajaí e microrregião de Joaçaba, quanto ao seu grau de desenvolvimento com base na Teoria da “Qualidade do Crescimento” de Thomas (2000)¹ e do “Desenvolvimento Endógeno” de Barquero (2001)².

Diante do exposto, este trabalho concentra-se em verificar, qual o grau de desenvolvimento social e econômico das microrregiões de Blumenau, Itajaí e Joaçaba. Até que ponto bases produtivas diferentes influenciam no desenvolvimento econômico e social dessas microrregiões. Se elas apresentam melhorias em alguns dos fatores qualitativos de desenvolvimento, ou o desenvolvimento se dá apenas via crescimento econômico. E se está havendo desenvolvimento nessas microrregiões.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Geral

Estabelecer um paralelo de desenvolvimento sócio-econômico entre as microrregiões de Blumenau, de Itajaí e de Joaçaba a luz das teorias da Qualidade do Crescimento e do Desenvolvimento Endógeno.

¹ THOMAS, Vinod *et al.* **A qualidade do crescimento**. Ed. UNESP, 2000. Disponível em <<http://www.bancomundial.org.br>> Acesso em: 2000.

² BARQUERO, Antonio Vasquez. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Trad. Ricardo Brinco. Porto Alegre: FEE, 2001 p. 37-55.

1.2.2 Específicos

- Realizar uma discussão teórica sobre desenvolvimento sócio-econômico, focando os fatores qualitativos do desenvolvimento com base nas teorias da Qualidade do Crescimento de Thomas (2000) e do Desenvolvimento Endógeno de Barquero (2001);
- Contextualizar as microrregiões no Estado de Santa Catarina;
- Analisar evolutivamente os aspectos populacionais, econômicos e sociais das três microrregiões;
- Fazer uma análise comparativa de desenvolvimento econômico e social das microrregiões de Blumenau, de Itajaí e de Joaçaba.

1.3 METODOLOGIA

Este trabalho teve como técnica de coleta de dados a pesquisa documental a partir de trabalhos que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa.

Os documentos pesquisados foram aqueles relacionados a indicadores de desenvolvimento sócio-econômico como população, população economicamente ativa (PEA), PIB, Coeficiente de Gini, IDH, entre outros, do estado de Santa Catarina como um todo e das microrregiões estudadas.

Também foi utilizada pesquisa bibliográfica de autores que tratam de questões relacionadas ao objetivo deste trabalho. O estudo se deu de forma sistematizada e com posterior estruturação e discussão das definições das variáveis consideradas importantes para a elaboração da análise das microrregiões.

As teorias que serviram como base para este trabalho foram: a da “Qualidade do crescimento” de Thomas (2000) e a do “Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização” de Barquero (2001).

A análise quantitativa do desenvolvimento das microrregiões foi feita através de variações no crescimento, $(X_t - X_{t-1})/X_{t-1}$. As médias existentes em algumas tabelas como as do IDH, foram calculadas a partir de média simples (total dividido pelo número de observações).

A taxa de desemprego foi calculada a partir dos seguintes dados: 1) total da população economicamente ativa (PEA); 2) total da população ocupada (Pop. Ocupada). A fórmula utilizada para o cálculo foi: $(PEA - \text{Pop. Ocupada})/PEA$. As tabelas de taxa de desemprego apresentam as taxas totais e separadas entre área rural e urbana.

Outros indicadores foram retirados de *sites* de pesquisa econômica como IBGE, IPEADATA, PNUD e Secretaria de Estado do Planejamento.

Não foi utilizada pesquisa de campo neste trabalho.

CAPÍTULO 2 - ASPECTOS CONCEITUAIS

Este capítulo tem por objetivo fazer uma exposição das questões relacionadas ao desenvolvimento econômico e as atuais discussões sobre este tema. Esta exposição deverá servir de base para auxiliar na discussão das teorias de desenvolvimento econômico que irão ser abordadas no capítulo 3 e na análise do desenvolvimento das microrregiões estudadas.

A primeira seção deste capítulo faz uma evolução na abordagem do desenvolvimento a partir de 1950. Na segunda seção faz-se uma apresentação dos conceitos de desenvolvimento econômico e sua relação com o crescimento econômico. Por fim, na terceira seção, faz-se uma exposição dos principais indicadores utilizados para fazer a análise do desenvolvimento.

2.1 EVOLUÇÃO NA ABORDAGEM DO DESENVOLVIMENTO

A idéia de crescimento econômico associado ao desenvolvimento dos países começou a ser considerada importante com o início do capitalismo. O capitalismo trouxe grandes mudanças para a sociedade como um todo. Foi com ele que aconteceram grandes avanços tecnológicos, a produção industrial cresceu enormemente e com ela a população mundial.

A partir de 1950, o desenvolvimento econômico estava ligado ao crescimento agregado. Segundo Milone, (1998, p. 513) para que se possa afirmar que uma sociedade está crescendo é preciso que ocorra acumulação de capital (aumento de máquinas, indústrias, realização de obras em infra-estrutura e investimento em recursos humanos), crescimento da população (traduzido em aumento da força de trabalho e da demanda interna) e progresso tecnológico (que pode ser neutro, poupador de capital ou poupador de trabalho).

Mas os determinantes do desenvolvimento têm seu caráter ampliado. O desenvolvimento, após 1965 até 1990, deveria implicar em processo de mudança social e econômica, ou seja, além de crescimento econômico deveria melhorar os aspectos distributivos e promover a redução da pobreza. Evidências empíricas mostram que o crescimento econômico é um fator extremamente importante para reduzir a pobreza e melhorar as condições sociais. Thomas (2000) afirma que nos locais onde o processo de crescimento se estagnou, pôde-se verificar que houve deterioração das dimensões sociais e de

bem-estar. Afirma também que para que o crescimento seja capaz de promover melhora nos determinantes sociais e de bem-estar é preciso que ele se dê de forma sustentada, ou seja, o modo como o crescimento é gerado é muito importante.

As mudanças quanto a conceituação do crescimento e do seu papel para o desenvolvimento, trouxeram modificações para o conceito de pobreza e de bem-estar. A partir de 1990, os estudiosos do desenvolvimento passaram a vincular o crescimento econômico a distribuição de renda e redução da pobreza. Desta forma, os conceitos de bem-estar e pobreza, segundo Thomas (2000), não estão mais ligados, apenas, a questões de renda contada de forma familiar ou individual e consumo, mas abrange também oportunidade medida pelo funcionamento do mercado e dos investimentos; acesso às melhorias na saúde e educação; segurança diante a vulnerabilidade econômica; permissão refletida pela inclusão social e a voz dos indivíduos (liberdade); e sustentabilidade do meio ambiente, recursos naturais e biodiversidade.

De acordo com o Relatório do Banco Mundial de outubro de 2004, Desenvolvimento e Redução da Pobreza Reflexão e Perspectiva (2004, p. 4) “pobreza é agora vista como incapacidade de alcançar padrões e saber se são ou não alcançados”. O mesmo Relatório aponta também a questão da pobreza absoluta que é “atualmente reconhecida como a incapacidade de alcançar padrões básicos em nutrição, saúde, educação, meio ambiente e participação nas decisões que afetam a vida das pessoas de baixa renda” (2004, p. 4).

Os aspectos distributivos no processo de desenvolvimento são de grande importância, pois a distribuição mais eqüitativa do capital humano, da terra e de outros bens produtivos, poderá proporcionar uma distribuição mais eqüitativa da renda e possibilitar que as pessoas possam aprender com a introdução de novas tecnologias e, desta forma, alcançar melhores resultados. Para que esses resultados sejam capazes de gerar mudanças é preciso que eles sejam estáveis, pois as pessoas mais pobres são vulneráveis aos ciclos e crises.

Diante de todas essas argumentações, torna-se necessário apontar alguns dos diversos conceitos e formas para alcançar o desenvolvimento apresentados na literatura existente.

2.2 RELAÇÃO ENTRE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E CRESCIMENTO ECONÔMICO

Existe um amplo leque de conceitos para o desenvolvimento e de fatores que lhe são determinantes. Ao longo dos anos, o conceito de desenvolvimento vem passando por ampliações, deixando de ser vinculado apenas ao crescimento.

Existem correntes de economistas que afirmam que o crescimento é igual ao desenvolvimento. Esta corrente é baseada em modelos de tradição neoclássica e de inspiração Keynesiana, para eles um país é subdesenvolvido porque cresce menos do que os países desenvolvidos. Mas existe uma segunda corrente para a qual o crescimento é condição indispensável para o desenvolvimento, mas não é condição suficiente (SOUZA, 2005, p. 5). É com base nesta segunda corrente que serão apresentados os conceitos de desenvolvimento econômico neste trabalho.

Diante da análise dessas duas correntes, Souza (2005) verificou que crescimento econômico não pode ser confundido com desenvolvimento econômico uma vez que o primeiro pode não ser acompanhado de melhorias no padrão de vida da população como um todo, pelo contrário, pode estar levando ao que ele chama de “efeitos perversos” como: aumento da concentração da renda e da riqueza; salários básicos baixos; transferência do excedente da renda para outros países etc. Desta forma, a definição apresentada por Souza (2005) para o desenvolvimento econômico parte da necessidade de um crescimento econômico contínuo e que ocorra em ritmo superior ao crescimento demográfico. Deve envolver, também, mudanças de estruturas e melhorias nos indicadores econômicos e sociais. O que, no longo prazo, implica o fortalecimento da economia nacional, a ampliação da economia de mercado e a elevação da produtividade no geral.

O aumento do crescimento econômico em um ritmo superior ao crescimento demográfico, segundo Souza (2005), irá provocar a expansão no nível de emprego e na arrecadação pública, o que permitirá ao governo realizar gastos sociais e atender as pessoas mais carentes, melhorando assim, os indicadores sociais. Mas o desenvolvimento não pode ser avaliado apenas com base na elevação da renda *per capita*. É preciso identificar como ela está sendo distribuída, pois o simples aumento da renda acima do aumento da população não diz nada sobre questões de saúde, educação e conforto. Para que se possa ter uma definição de

desenvolvimento mais completa é preciso considerar, além de indicadores econômicos e sociais, a preservação do meio ambiente (SOUZA, 2005, p.7). No entanto, é importante salientar que as questões relacionadas a preservação do meio ambiente não serão consideradas de forma significativa neste trabalho devido as limitações desta pesquisa e a falta de dados disponíveis em níveis de microrregião e municípios.

Dentro dessa mesma linha de pensamento sobre desenvolvimento econômico, Sandroni (2002, p. 169-170) afirma que, para que ocorra desenvolvimento econômico é preciso haver crescimento econômico, mas este crescimento deve ser acompanhado de melhorias no padrão de vida da população e por mudanças estruturais na economia da região. O crescimento econômico, para Sandroni (2002, p. 141), é um fator extremamente importante para o desenvolvimento econômico, mas não suficiente, e está relacionado com o aumento da capacidade produtiva capaz de promover o aumento da produção de bens e de serviços da área econômica.

O processo de desenvolvimento é influenciado pelas características individuais de cada região como situação geográfica, passado histórico, extensão territorial, população, cultura e recursos naturais e pode ser verificado através do aumento da atividade industrial em comparação com atividade agrícola, aumento da migração da mão-de-obra do campo para a cidade, diminuição da importação de produtos primários e menor dependência de auxílios externos. Existe uma série de indicadores que permitem verificar o grau de desenvolvimento de cada região. Dentre estes indicadores estão o índice de mortalidade infantil, expectativa de vida média, grau de dependência econômica externa, nível de industrialização, potencial científico tecnológico, grau de alfabetização e de instrução e condições sanitárias.

Sandroni (2002) aponta ainda alguns fatores que indicam o grau de crescimento econômico como: índice de crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB) *per capita*; índice de crescimento da força de trabalho; proporção da receita poupada e investida e grau de aperfeiçoamento tecnológico.

Antes de apresentar os diferentes conceitos de desenvolvimento econômico, Milone (1998, p. 514) apresenta sua definição de crescimento econômico. Para ele o crescimento econômico é o aumento contínuo do Produto Interno Bruto (PIB) tanto em termos globais como *per capita* ao longo do tempo e acrescenta a sua definição a visão de Kunznets. Para

este, o aumento da capacidade de crescimento baseada no avanço tecnológico precisa ser acompanhado de ajustes institucionais e ideológicos.

Definido crescimento econômico, Milone (1998) passa a apresentar os conceitos de desenvolvimento econômico. Entre estes conceitos está o baseado no crescimento de Kindleberger e Herrick. Para eles o desenvolvimento econômico está relacionado ao aumento na produção acompanhado de modificações nas disposições técnicas e institucionais, ou seja, mudanças nas estruturas produtivas e na alocação dos insumos pelos diferentes setores da produção.

Outros conceitos abordados por Milone (1998) são o de Seers e de Colman e Nixon. Colman e Nixon apresentam um conceito de desenvolvimento que tem um método de avaliação diferente para diferentes indivíduos da sociedade. O desenvolvimento econômico é por eles tratado como um processo de aperfeiçoamento em relação a um conjunto de valores desejáveis pela sociedade. Já para Seers, desenvolvimento econômico é a criação de condições para a realização da personalidade humana e sua avaliação deve considerar indicadores de pobreza, de desemprego e de desigualdade.

Como Souza e Sandroni, Milone (1998, p. 515) afirma que o desenvolvimento não pode ser medido apenas pelo crescimento do produto ou do produto *per capita*, já que pode haver crescimento sem haver desenvolvimento. A análise deve considerar, também, índices que apresentem informações quanto à qualidade de vida dos indivíduos como: expectativa de vida, mortalidade infantil, fertilidade, educação, analfabetismo, distribuição de renda entre diferentes classes e setores, centralização da atividade econômica, poder político etc.

2.3 INDICADORES DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

Após expor alguns dos conceitos de desenvolvimento econômico voltado para melhorias nas condições de vida da população e para a sustentabilidade do meio ambiente, faz-se necessário expor alguns dos indicadores desse desenvolvimento de forma mais detalhada. Até que ponto eles explicam o grau de desenvolvimento de cada região e o que realmente significam cada um deles.

O grau de desenvolvimento econômico e social pode ser medido através de indicadores como o tamanho do PNB ou do PIB em termos totais ou *per capita*, pelo Índice de

Desenvolvimento Humano (IDH), pelo nível de degradação ambiental, dentre outros. A relação existente entre esses indicadores auxilia significativamente na análise das características de sociedades com maior ou menor grau de desenvolvimento.

Um dos indicadores utilizados é o tamanho e a taxa de crescimento do PIB ou do PNB em termos agregados ou *per capita*. A diferença entre o PIB e PNB é que o primeiro corresponde ao valor agregado de todos os bens e serviços produzidos dentro do território econômico de um país, independente da nacionalidade dos proprietários das unidades produtoras desses bens e serviços. Já segundo corresponde ao valor agregado de todos os bens e serviços resultantes da mobilização de recursos nacionais que pertencem a residentes no país, independente do território econômico em que esses recursos foram produzidos (SANDRONI, 2002, p. 459; 475).

O PIB ou o PNB *per capita* (adotado pelo Banco Mundial) são importantes para a mensuração do desenvolvimento e são medidos pelo totais do PIB ou PNB divididos pela população do país, o que significa a parte do produto correspondente a cada habitante.

No entanto, tanto o critério de mensuração do desenvolvimento pelo PIB ou PNB total quanto em termos *per capita* são limitados, pois em termos totais eles não dizem nada sobre a produtividade média e o bem-estar de seu povo, e em termos *per capita* não informa precisamente como o produto está sendo distribuído. Além disso Fonseca aponta os principais defeitos da mensuração do desenvolvimento através do produto *per capita*: quando utilizado para comparar o grau de desenvolvimento de um país em relação a outros a sua dependência da taxa oficial de câmbio pode distorcer os resultados; apresenta também distorções quanto a utilização dos recursos naturais e deterioração ambiental; e o fato de reduzir o desenvolvimento econômico a uma variável estritamente monetária (FONSECA, 1994).

Um indicador que auxilia na análise de como o produto está sendo distribuído é o coeficiente de Gini. Este coeficiente permite verificar o grau de concentração da renda, da propriedade fundiária ou da produção, e, neste trabalho, servirá para medir o grau de concentração da renda no estado de Santa Catarina e em cada microrregião. O índice de Gini varia entre zero e um, quando a concentração da produção em uma economia é muito pequena ou inexistente, este índice aproxima-se de zero ou é igual a zero. Ao contrário, se o índice estiver próximo de um, a concentração na distribuição do produto é maior.

A fórmula geral deste índice é a seguinte:

$$G = 1 - \frac{\sum_{i=1}^n (Y_i + Y_{i-1})(X_i - X_{i-1})}{3}$$

Em que X_i corresponde a porcentagem acumulada da população até o estrato i , Y_i corresponde ao percentual acumulado do produto até o estrato i e n o número de estratos do produto (SANDRONI, 2002. p.106).

Outro indicador que auxilia na análise do grau de desenvolvimento de uma determinada região ou país é o modo como vive a sua população, sua taxa de crescimento, sua distribuição entre área urbana e rural, e como estas variáveis se comportam no tempo.

Para saber melhor sobre a qualidade de vida da população e do seu nível de bem-estar, um indicador muito importante é o IDH (Indicador de Desenvolvimento Humano). De acordo com Fonseca (1994) o IDH foi divulgado pela primeira vez em 1990 no “Relatório de Desenvolvimento Humano” das Nações Unidas e apresenta como principais vantagens o fato de possibilitar uma visão geral sobre a evolução do desenvolvimento em nível mundial, porém dependendo de como este indicador é utilizado, pode se tornar geral demais. Para o caso de se buscar informações sobre o grau de desenvolvimento dos municípios, existe o IDH – M, ou seja, o IDH Municipal. A vantagem deste indicador é que ele demonstra mais claramente o desenvolvimento do município, no entanto, por causa da migração estar presente em seu cálculo, ele se desatualiza facilmente. Ambos resultam de uma combinação de outro três índices:

- IDH – Educação – mede o nível de instrução da população levando em conta variáveis como a taxa de analfabetismo e os anos de escolaridade;
- IDH – Renda – mede o nível de renda da população considerando a capacidade de compra em cada país;
- IDH – Longevidade – mede o nível de saúde através da expectativa de vida ao nascer e a mortalidade infantil, por exemplo.

³ Mais detalhes sobre Índice de Gini ver: HOFFMAN, Rodolfo. **Estatística para economistas**. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 1998. p. 272-274.

O IDH varia numa escala que vai de zero a um. Quanto maior o nível social mais próximo de um este índice se encontra e quanto mais próximo de zero pior o nível social.

Dentre os indicadores sociais de desenvolvimento, existem também o IDS (Índice de Desenvolvimento Social), o IPH-1 (Índice de Pobreza Humana) para países desenvolvidos, IPH-2 (Índice de Pobreza Humana) para países em desenvolvimento, o ICV (Índice de Condições de Vida) e os indicadores que medem a intensidade da pobreza e da indigência.

O IDS agrega em seu cálculo condições de infra-estrutura escolar, consumo de energia elétrica, analfabetismo, acesso a programas sociais e mortalidade infantil. É um importante indicador por proporcionar suporte para planejamentos na área social, mas sua desvantagem é que as variáveis sociais utilizadas em seu cálculo são aquelas voltadas para o indivíduo.

O IPH-1 e o IPH-2 medem a privação de indivíduos do desenvolvimento humano. Em seu cálculo, leva em consideração a expectativa de vida até 40 anos para o IPH-1 e expectativa de vida até os 60 anos para o IPH-2, analfabetismo entre adultos e concentração de capital.

Quanto ao ICV, este inclui um conjunto maior de indicadores de desempenho socioeconômico (IDH), com o intuito de captar de forma mais abrangente o processo de desenvolvimento social. Mas, por levar em consideração uma quantidade maior de indicadores, sua desvantagem está na diversidade de variáveis e dimensões.

Dos indicadores que medem a intensidade da pobreza e a intensidade da indigência, o primeiro mede a distância que separa a renda domiciliar *per capita* média dos indivíduos pobres, situados abaixo da linha de pobreza, do valor da linha de pobreza de R\$ 75,50. O segundo mede a distância que separa a renda familiar *per capita* média dos indivíduos indigentes, que possuem renda familiar *per capita* inferior a linha de indigência de R\$ 37,75, do valor da linha de indigência. O indicador de intensidade da indigência aponta o quanto falta para um indivíduo deixar de ser considerado indigente.

Por último, existem os indicadores de degradação ambiental que podem ser medidos pelo grau de poluição do ar, das águas, de desmatamento, de resíduos químicos agroindustriais, situação de saneamento inadequada, etc.

Embora todos esses indicadores tenham sua importância e suas limitações comprovadas, este trabalho utilizará na análise dos dados microrregionais apenas os mais importantes. Desta forma, serão utilizados os indicadores relativos ao crescimento do produto e sua volatilidade em termos totais e *per capita*; ao nível de desigualdade da renda medida

pelo índice de Gini; e ao nível de bem-estar medidos pelos indicadores de desenvolvimento humano.

CAPÍTULO 3 - DISCUSSÃO TEÓRICA

Realizada a exposição das principais mudanças ocorridas nos conceitos de desenvolvimento econômico e sua ligação com a melhoria dos indicadores sociais, este capítulo volta-se para duas teorias de desenvolvimento atuais que, como já foi citado, irão embasar este trabalho. A primeira é a disponibilizada pelo Banco Mundial, de Thomas (2000) intitulada “A Qualidade do Crescimento”. Sua principal preocupação é com a qualidade do crescimento pautada pela melhoria na qualidade de vida das pessoas.

A segunda teoria é a do “Desenvolvimento Endógeno em Tempos de Globalização” de Barquero (2001), para o qual o sistema produtivo de cada país se expande e se transforma segundo seu potencial de desenvolvimento.

Este capítulo servirá de base para responder até que ponto as duas teorias se aplicam e são capazes de explicar o desenvolvimento das microrregiões estudadas neste trabalho.

3.1 A QUALIDADE DO CRESCIMENTO

Cada vez mais as preocupações relacionadas a questões sociais, principalmente qualidade de vida e bem estar, e questões ambientais estão, atualmente, se sobrepondo a questões estritamente econômicas. Torna-se cada vez mais importante mudar as prioridades, o que já vem ocorrendo desde meados da década de 60 e que ganhou força a partir da década de 90, na qual foi possível verificar diferenças de crescimento no mundo com algumas regiões progredindo rapidamente e outras estagnadas e até mesmo regredindo.

Diante deste contexto, Thomas (2000) apresenta uma discussão sobre o desenvolvimento econômico pautado nos aspectos qualitativos do crescimento. Sua preocupação não está apenas voltada para o crescimento econômico, mas principalmente como este crescimento está ocorrendo e sua qualidade. Para ele, “tanto as fontes como os padrões do crescimento delineiam os resultados do desenvolvimento” (THOMAS, 2000. p, XXIII).

Esta seção está dividida em outras quatro subseções: a primeira apresenta a visão geral da teoria de Thomas, a segunda os princípios do desenvolvimento, a terceira as ações-chave para o processo de crescimento com qualidade e a quarta os indicadores do desenvolvimento.

3.1.1 Visão Geral

Para iniciar esta seção é necessário esclarecer em que consiste o crescimento com qualidade. O Presidente do Banco Mundial escreveu o Preâmbulo do livro estudado neste capítulo e afirma que “investir no povo, sustentando recursos naturais, administrando riscos e melhorando o governo, evidentemente são dimensões que suprem o crescimento qualitativo”, crescimento capaz de “promover maior redução da pobreza, desenvolvimento sustentável ambiental e social, e uma melhor qualidade de vida compartilhada por todos” (THOMAS, 2000. p, XV).

A maior preocupação é com a qualidade do crescimento e sua sustentabilidade, pois o crescimento econômico e a sua qualidade contribuem para o desenvolvimento. Para tanto, é preciso melhorar a qualidade de vida das pessoas, o que requer:

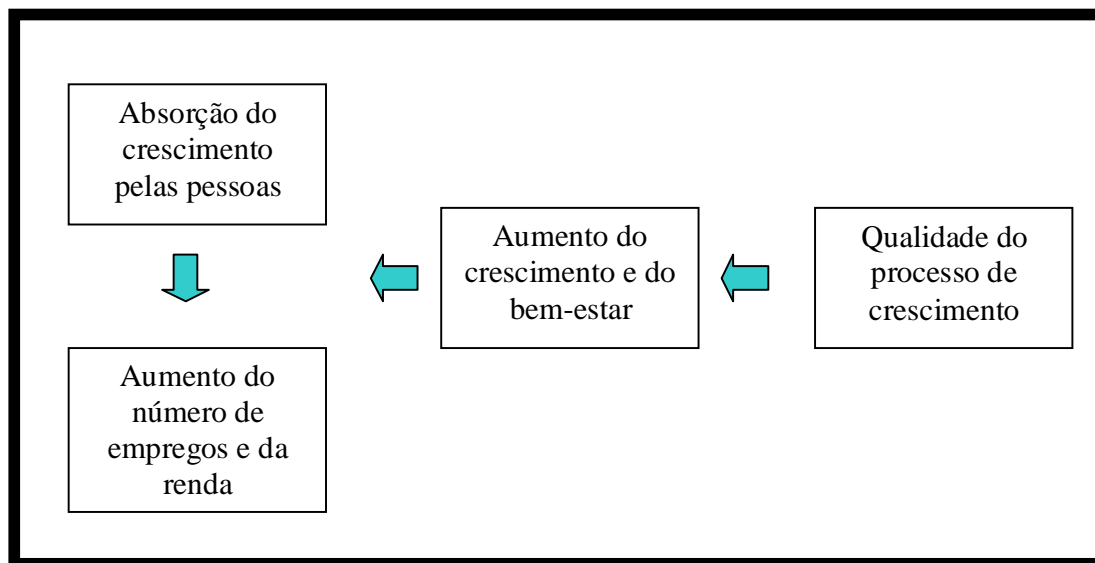
- Maior renda *per capita*;
- Educação com resultados;
- Igualdade de gêneros;
- Saúde e nutrição;
- Meio ambiente sustentável;
- Sistema judicial e legal imparcial;
- Liberdades civis e políticas mais amplas;
- Vida cultural mais rica.

A importância desses valores qualitativos deve ser enfatizada, segundo Thomas (2000), pois estudos mostram que a redução da pobreza, segurança na vida e um meio ambiente mais sustentável apresentaram-se como de grande importância para os resultados crescentes.

O Quadro 1 mostra que o modo como se dá o crescimento pode gerar um crescimento mais sustentável e melhorias quanto ao bem-estar⁴ das pessoas. No entanto, é preciso que as pessoas possam absorver tais melhorias e a principal via é o aumento do número de empregos, proporcionado pelo crescimento, e, conseqüentemente, o aumento da renda.

⁴ O conceito de bem-estar considerado neste tópico refere-se aquele apresentado na seção 2.1 deste trabalho.

Quadro 1 – Processo de Desenvolvimento com Qualidade



Fonte: Thomas (2000): elaboração da autora.

Mas o crescimento sustentado pode ser prejudicado por alguns fatores como desprezo às externalidades ambientais, gastos públicos oblíquos, entre outros e que levariam apenas a um crescimento temporário e não sustentado. Neste caso, o crescimento entra em conflito com a sustentabilidade social e ambiental, aspectos tão importantes para o desenvolvimento. É por isso que Thomas (2000, p. XXV) diz que “gerenciar esses aspectos qualitativos torna-se essencial para atingir melhorias sustentáveis de bem-estar”.

Este autor afirma que “quando os países esgotam as possibilidades de aumento do crescimento mediante reformas de mercado, os fatores qualitativos que sustentam o crescimento a longo prazo tornam-se muito mais importantes” (THOMAS, 2000, p. XXV). Existem três aspectos-chave que evidenciam maior ou menor qualidade do crescimento: distribuição de oportunidades, sustentabilidade do meio ambiente, gerenciamento dos recursos globais e do governo.

3.1.2 Os Princípios do Desenvolvimento

Para definir quais os princípios do desenvolvimento, Thomas (2000), analisa conjuntamente os aspectos qualitativos e quantitativos do processo de crescimento e define três princípios-chave.

O primeiro deles é o foco sobre os principais valores que importam para o desenvolvimento que são: capital físico, capital humano e capital natural. O investimento nesses valores deve ocorrer de forma combinada para promover melhorias na qualidade de vida. Isto porque esses valores e sua acumulação, progresso tecnológico e produtividade determinam o impacto a longo prazo sobre a pobreza. A acumulação destes bens pode ser auxiliada pelas políticas, os investimentos em todos os níveis da educação ajudam a gerar crescimento e contribuem para a acumulação de capital humano e bem-estar. O investimento no capital natural, por sua vez, é de extrema importância para saúde humana e para as pessoas pobres que dependem dos recursos naturais para sobreviverem e garantirem segurança econômica (THOMAS, 2000. p. XXVI).

O capital físico contribui indiretamente para o bem-estar por meio do crescimento econômico, aumentando o retorno do capital humano e do capital natural. Já os capitais humano e natural são componentes diretos do bem-estar e contribuem para o crescimento econômico, para acumulação de capital físico ao aumentar seus retornos.

O segundo princípio-chave para o desenvolvimento apresentado por Thomas (2000) é a necessidade de atender os aspectos distributivos no decorrer do tempo de forma que os benefícios do crescimento sejam amplamente distribuídos. Para ele, isto deve ocorrer através da distribuição mais equitativa do capital humano, da terra e de outros bens produtivos o que implicaria numa distribuição mais equitativa da remuneração, aumentando a capacidade de pessoas tirarem proveito das tecnologias e gerarem resultados. E como as pessoas mais pobres são sensíveis a ciclos e crises, é importante também que os resultados do crescimento sejam estáveis.

E por fim, o terceiro princípio-chave está em enfatizar a estrutura institucional para o bom governo. Entende-se por bom governo “o funcionamento efetivo das burocracias, estruturas reguladoras, liberdades civis e instituições responsáveis e transparentes, para

assegurar a regra do direito e as questões de participação para o crescimento e desenvolvimento” (THOMAS, p. XXIX).

Na luta pelo bom governo é preciso dar atenção a outros fatores igualmente importantes como: aumentar os direitos civis, dar maior voz a grupos diferentes, promover empresas competitivas, complementar as políticas governamentais e implementar estratégias de desenvolvimento.

A combinação destes três princípios-chave serve de base para se entender quais fatores são importantes para se promover o desenvolvimento sustentado e baseado na qualidade do crescimento. Mostra que os resultados podem ser melhores quando os fatores quantitativos e qualitativos do processo de desenvolvimento funcionam melhor quando são “trabalhados” conjuntamente e que se influenciam mutuamente.

No entanto, muitos desses fatores ainda são negligenciados ou recebem atenção inadequada no processo de crescimento, o que leva a negligência de algumas ações-chave. A próxima seção irá destacar quais são essas ações-chave e como elas podem melhorar a qualidade do crescimento.

3.1.3 Ações-Chave no Processo de Crescimento com Qualidade

No processo de desenvolvimento muitas ações importantes que deveriam ser adotadas são negligenciadas, Thomas (2000) afirma que essas ações precisam ser equilibradas para que possam contribuir para a acumulação de bens, para o progresso tecnológico para a produtividade total. Essas ações-chave são:

- **Melhorar a distribuição de oportunidades** – através de investimentos eqüitativos no povo como forma de reduzir a pobreza. Os meios para que a distribuição de oportunidades ocorra estão ligados aos governos, uma vez que estes precisam: realocar os gastos públicos para a educação básica a fim de garantir sua distribuição mais qualitativa e igualitária; encorajar as sociedades público-privadas através de políticas baseadas no mercado para aumentar os esforços em promover a educação em todos os níveis; promover políticas voltadas para o mercado de trabalho e para a proteção social; melhor aplicação

do capital humano dos pobres através correções na distribuição da terra e melhores estratégias de trabalho intensivo num meio ambiente global e aberto.

- **Sustentar o capital natural** – através do crescimento e de rendas mais altas capazes de criar condições para promover a melhoria ambiental, aumentando a demanda por uma melhor qualidade ambiental e tornando disponíveis os recursos para preencher essa demanda. E para que o crescimento seja ambientalmente sustentado é preciso uma forte combinação de incentivos baseados no mercado doméstico e global, investimentos e instituições. Ao sustentar o capital natural, os principais beneficiados serão os pobres devido a sua relação com a terra, florestas, minerais e biodiversidade.
- **Lidar com riscos financeiros globais** – é preciso manter macropolíticas sólidas, aprofundar os mercados financeiros domésticos, fortalecer a regulação doméstica e a supervisão financeira, introduzir mecanismos de governos corporativos e prover redes de segurança social. Para tanto, é preciso de instituições sólidas e capacitações fortes que, ao abrir o mercado de capital, ajudam a lidar com os riscos para o sistema financeiro e a economia. Novamente, os que mais sofrem com a volatilidade dos fluxos de capital privado são os pobres, pois estes são desprovidos de bens capazes de os auxiliar a enfrentar crises financeiras.
- **Melhorar o governo e controlar a corrupção** – através de uma abordagem integrada, ligando elementos econômicos institucionais legais participativos (instituições transparentes, administração pública baseada no mérito, costumes honestos e eficientes, agências de licitação, liberdades civis e participação popular). A estratégia a ser adotada, deste modo, é a construção institucional e uma sociedade civil no processo participativo e transparente em relação as ações do governo (Executivo, Legislativo e Judiciário) e dos setores privados.

Ao saber quais ações são importantes para o processo de crescimento com qualidade, é preciso agir, ou seja, começar a substituir as prioridades. Segundo Thomas (2000, p. XXXIII), “a troca relativa nas prioridades poderia acelerar a marcha do crescimento a longo prazo”. A qualidade de vida das pessoas e o bem-estar podem ser melhorados através de investimentos no capital humano (educação, saúde e políticas populacionais) e de investimentos voltados

para o aumento da produtividade do capital de forma mais saudável e educada. A maior ênfase sobre o capital humano e a qualidade dos resultados poderá ajudar a sustentar um crescimento mais rápido.

No entanto, os processos e políticas de desenvolvimento que buscam o crescimento sustentado precisam promover a liberalização juntamente com ações reguladoras, gerenciamento ambiental e combate à corrupção.

Para Thomas (2000), no centro das políticas do governo devem estar as ações que enfocam a qualidade do crescimento. A ênfase deve estar na acumulação de bens e utilização com políticas voltadas não apenas para o capital físico, na formação de estruturas reguladoras com o objetivo de acompanhar a liberalização e privatização assegurando a estabilidade macroeconômica, e no bom governo capaz de alimentar as liberdades civis, promover processos participativos e responsabilidade nas instituições públicas, combate à corrupção, além de envolver ativamente o setor privado para reduzir a influência do capital investido.

Todas essas ações poderão ajudar a alcançar um crescimento sustentado de base ampla, e a promoção dessas ações deixou de ser papel exclusivo do governo para ser papel de todas as partes da sociedade.

3.1.4 Os Indicadores do Desenvolvimento

Ao analisar o desempenho do desenvolvimento durante a década de 90, Thomas (2000, p. 2), verificou que:

1. Investimentos no povo precisam estar relacionados com a qualidade e a distribuição desses investimentos;
2. Crescimento rápido e de base ampla, enquanto apóia o desenvolvimento social pode ferir a sustentabilidade ambiental;
3. Enquanto a abertura do mercado e a competição continuam a fornecer benefícios, os riscos financeiros devem ser gerenciados de acordo com as especificidades de cada país;
4. Prioridade para o bom governo e os fatores institucionais, sem deixá-los para depois.

A partir dessas hipóteses e da explicação de sua noção de desenvolvimento, ele aponta alguns indicadores importantes para verificar se tais hipóteses são verdadeiras ou não.

Segundo Thomas (2000), para que se possa avaliar o desenvolvimento o indicador mais utilizado é o crescimento do PIB *per capita* devido a sua relação com o progresso social e, também, à sua conveniência. No entanto, como se sabe, o simples fato de o PIB *per capita* estar crescendo não significa que ele traga resultados positivos para o bem-estar em todos os processos de desenvolvimento. Logo, o crescimento do PIB *per capita* deve ser utilizado na avaliação do desenvolvimento juntamente com outros indicadores multidimensionais.

Pesquisas feitas desde 1981 avaliaram as correlações⁵ existentes entre o crescimento do PIB, desenvolvimento humano, crescimento da renda e sustentabilidade ambiental. Os resultados alcançados foram que, na maioria dos casos, o crescimento está relacionado positivamente com a redução da pobreza, com a desigualdade da renda, com a mortalidade infantil e com o aumento da expectativa de vida com diferenças de força. Já no caso da relação do crescimento com a preservação do meio ambiente, verificou-se que este apresenta relação negativa com o declínio das emissões de dióxido de carbono e positiva com o declínio da poluição da água.

Thomas (2000) conclui que “essas correlações preliminares sugerem que o crescimento do PIB é indicador de crescimento crucial, ainda que parcial, como quando é indevidamente associada a certos aspectos do desenvolvimento humano e em tempos que é associado com o aumento de dano ambiental” (THOMAS, 2000. p. 3).

Os indicadores relacionados a preservação ambiental também são fatores importantes a serem considerados no processo de desenvolvimento e crescimento econômico. A relação desses indicadores com o crescimento econômico já mostrou que alguns melhoram com o crescimento e outros pioram. Estudos realizados mostram que ao longo dos anos a degradação ambiental vem aumentando em escalas diferentes. Entre 1981 e 1998 o crescimento da renda foi associado com a deterioração ambiental e o esgotamento dos recursos naturais.

Outros fatores que devem ser levados em consideração, além dos já apresentados, são os relativos à desigualdade de renda, à volatilidade do crescimento, ao crescimento e bem-estar, à influência de fatores externos e à políticas externas. Cada um desses indicadores tem

⁵ Ver THOMAS (2000, p. 4).

relevância para avaliar o processo de desenvolvimento econômico e social, medindo a qualidade de vida da população.

Embora a renda possa ser medida de forma *per capita*, é importante verificar como ela está sendo distribuída entre a população. Assim, será possível verificar de forma mais precisa a desigualdade da renda.

Quanto à volatilidade do crescimento, é importante salientar que “as flutuações econômicas parecem afetar os pobres desproporcionalmente” (THOMAS, 2000. p. 13). Nos países em desenvolvimento estudos apontam que: a abertura comercial para o mercado e a volatilidade dos fluxos de capital estão associadas com o aumento da volatilidade de crescimento; melhorias nos indicadores do desenvolvimento financeiro estão associados com a volatilidade mais baixa; restrições na política a partir das limitações institucionais e do setor financeiro revelam insuficiências que contribuem para a variabilidade de resultados; flexibilidade de renda não parece ser um fator importante (THOMAS, 2000 p. 16).

A relação existente entre o crescimento e o bem-estar deve levar em consideração os indicadores desses dois fatores conjuntamente. O bem-estar deve estar baseado em indicadores de desenvolvimento humano como: mortalidade infantil, analfabetismo e expectativa de vida. Os indicadores de sustentabilidade ambiental devem ser medidos pela emissão de dióxido de carbono, desmatamento e poluição da água. E o crescimento baseado no crescimento do PIB.

De acordo com Thomas (2000), as políticas internas têm forte influência sobre o crescimento, principalmente em quatro áreas especiais: a qualidade e distribuição dos serviços de educação e saúde; gerenciamento do meio ambiente; gerenciamento das oportunidades e dos riscos da globalização; efetividade do governo. Para que o desenvolvimento seja sustentado é preciso:

- **Investir no povo: investimento em saúde e educação:** “Mas o gasto público nem sempre produz bons resultados. Aqueles dependem da distribuição e da qualidade dos gastos públicos e dos incentivos para maior gasto privado” (THOMAS, 2000. p. 20).
- **Administrar o meio ambiente:** Existe um novo indicador que está ainda em fase experimental chamado de *poupanças genuínas* e que mede a taxa de poupança depois do cálculo para investimento no capital humano, depreciação de bens produzidos e esgotamento e degradação do ambiente.

- **Criar políticas de boas condições de mercado:** abertura comercial e liberalização; promover estabilidade macroeconômica; resultados de crescimento e desempenho político.

3.2 DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO

Nos últimos 20 anos a teoria do desenvolvimento econômico vem passando por importantes mudanças relacionadas ao contexto mundial de incerteza, aumento da concorrência e de modificações nas instituições dentre outros. É neste contexto que surge um novo paradigma chamado de Desenvolvimento Endógeno, e que nesta seção será estudado com base no texto de Barquero (2001).

Para Barquero (2001), a principal idéia é a de que “o sistema produtivo dos países se expande e se transforma pela utilização do potencial de desenvolvimento existente no território (...) mediante os investimentos realizados por empresas e agentes públicos e sob o crescente controle da comunidade local” (BARQUERO, 2001. p. 38).

O crescimento e as mudanças estruturais são, para ele, resultados das combinações de estratégias e decisões de investimentos por parte de organizações que operam em mercados e estão integradas aos entornos institucionais e culturais. Os entornos institucionais e culturais, além de afetarem os mercados e as decisões de investimentos, afetam também as formas de organização da produção, os sistemas de relações e a aprendizagem das organizações.

Para apresentar este novo paradigma do desenvolvimento, esta seção está dividida em outras cinco subseções. A primeira subseção apresenta as linhas de pesquisa que deram origem à teoria do desenvolvimento endógeno e as características gerais do desenvolvimento endógeno. A segunda, o conceito de desenvolvimento endógeno e a importância dos sistemas produtivos locais. A terceira, o papel dos recursos externos para o desenvolvimento endógeno. A quarta apresenta quais os objetivos desta forma de desenvolvimento, as estratégias a serem adotadas, quais ações deverão ser realizadas e quais as intenções deste novo paradigma. Por fim, na quinta subseção, são apresentadas as críticas ao modelo de desenvolvimento.

3.2.1 Desenvolvimento Endógeno: Formação do Paradigma e Características Gerais

A formação do paradigma do desenvolvimento endógeno, segundo Barquero (2001), surgiu a partir da convergência de duas linhas de pesquisa, uma de caráter teórico e outra de caráter empírico.

A linha de caráter teórico teve sua origem a partir da preocupação em encontrar uma noção de desenvolvimento capaz de levar em consideração os efeitos da atuação pública nas regiões atrasadas. A linha de caráter empírico, por sua vez, surgiu da interpretação dos processos de desenvolvimento industrial nas regiões, inicialmente no sul da Europa.

Para Barquero (2001), a proposta do desenvolvimento endógeno é a de “atender às necessidades e demandas da população local através da participação ativa da comunidade envolvida” (BARQUERO, 2001, p. 39). Seu objetivo é o de buscar o bem-estar econômico, cultural e social de toda a comunidade local, o que para ele leva a diferentes caminhos de desenvolvimento, pois cada processo de desenvolvimento dependerá das características econômicas, humanas e culturais e da capacidade de cada sociedade.

Barquero (2001) aborda o desenvolvimento em sua forma local muitas vezes falando em comunidades locais e em economias locais, o que torna necessário esclarecer o que ele considera como sendo cada um desses termos. A comunidade local, para ele, é constituída por organizações públicas e privadas, associações de empresários, empresa, sindicatos e governos locais. E a economia local, por sua vez, é composta por elementos como a estrutura produtiva, mercado de trabalho, capacidade empresarial, conhecimento tecnológico, recursos naturais, infra-estrutura, sistema social e político, tradição e cultura. É em torno desses elementos que ocorre o processo de desenvolvimento e mudança estrutural, pois é a ação de toda a comunidade local de forma a controlar o próprio processo juntamente com a mobilização do seu potencial que torna possível falar de desenvolvimento endógeno.

Mas o processo de desenvolvimento endógeno procura também realizar um processo de industrialização endógena em resposta ao esgotamento do modelo de industrialização baseado em grandes empresas que atuam em grandes cidades.

A industrialização endógena é caracterizada pela produção de bens, na maioria industrializados, por organizações flexíveis de produção, pela utilização intensiva do trabalho, por empresas especializadas em etapas do processo produtivo ou na fabricação de

componentes, a mão-de-obra utilizada é flexível e sua oferta tem condições de se adaptar às necessidades das empresas. No processo de industrialização endógena a integração de sistema produtivo na sociedade local se dá através das empresas que cooperam entre si com o objetivo de alcançar economias de escala e, assim, manter a competitividade (BARQUERO, 2001. p. 40).

3.2.2 Conceito de Desenvolvimento Endógeno e os Sistemas Produtivos Locais

Como já foi citado, o desenvolvimento endógeno surgiu da convergência de duas linhas de pesquisa, mas não foi esclarecido o conceito de desenvolvimento endógeno. Para Barquero (2001) o desenvolvimento endógeno “pode ser visto como um processo de crescimento econômico e de mudança estrutural, liderado pela comunidade local ao utilizar seu potencial de desenvolvimento, o que leva à melhoria do nível de vida da população” (BARQUERO, 2001, p.41). Neste processo de mudança, a organização do sistema produtivo, a rede de relações entre atores e atividades, a dinâmica de aprendizagem e o sistema sociocultural são determinantes.

Para Barquero (2001) o processo de desenvolvimento endógeno é composto por pelo menos três dimensões: uma econômica, uma sociocultural e uma política.

A dimensão econômica é caracterizada por sistemas específicos de produção que visam o uso eficiente dos fatores de produção e melhores níveis de competitividade. Na segunda dimensão, a sociocultural, ocorre um sistema de relações entre os atores econômicos e sociais e as instituições locais de forma que os valores da sociedade são incorporados ao processo de desenvolvimento. A dimensão política se traduz em iniciativas locais que podem incentivar a produção e favorecer o desenvolvimento sustentável.

No processo de desenvolvimento endógeno o crescimento se dá via sistemas produtivos locais que cooperam entre si com o objetivo de alcançar maior competitividade. Os fatores que explicam a competitividade dos sistemas produtivos locais estão na própria organização da produção. Segundo Barquero (2001), essa organização das empresas, formando redes de empresas, permite que elas trabalhem com economias de escala, externas a elas, mas internas ao sistema produtivo local fazendo com que os custos de transação sejam menores. Para ele a atuação em redes das empresas industriais constitui a “coluna vertebral”

dos sistemas produtivos locais. As empresas, neste sistema produtivo local, especializam-se em determinadas etapas do processo produtivo graças à tecnologia disponível.

Barquero (2001) afirma que essas redes de empresas industriais são formadas por atores, que são as empresas do sistema produtivo local, por recursos humanos, naturais e de infra-estrutura, por atividades econômicas de caráter produtivo, comercial, técnico, financeiro e assistencial, e por relações de interdependência e trocas.

Outros fatores também são importantes para a competitividade dos sistemas produtivos locais como a disponibilidade de alguma capacidade empresarial e organizacional. Tais capacidades estão, geralmente, vinculadas as tradições de produção de cada território, fator que alimenta a competitividade no mercado local. A capacidade desse sistema produtivo local também diz respeito a capacidade para introduzir e adotar inovações e novas tecnologias, fatores que dependem da capacidade de aprendizado do entorno local⁶ em promover o desenvolvimento industrial.

A disponibilidade de mão-de-obra abundante, barata e flexível, a existência de uma estrutura social desenvolvida e algum conhecimento local sobre novos produtos e mercados são outros fatores que explicam a competitividade dos sistemas produtivos locais.

Geralmente, segundo Barquero (2001), o processo de industrialização desenvolve-se a partir de situações de crise ou de perda de dinamismo do sistema produtivo tradicional aliados ao surgimento de novas oportunidades de mercado. Diante de tal situação, “a economia local auto-organiza-se, de forma espontânea, guiada pela necessidade que têm as empresas de produzirem bens e serviços para um mercado exigente, no qual precisam concorrer com produtos de outras cidades e regiões” (BARQUERO, 2001, p. 44).

O processo de inovação nos sistemas produtivos locais se dá a partir do momento que o entorno verifica o surgimento de mudanças que são capazes de afetar os lucros das empresas. A partir de então, as empresas começam a estudar as possibilidades de se desenvolver e implementar as inovações nos sistemas produtivos locais e tomam decisões de investimentos.

⁶ Para Barquero (2001, p. 45) o entorno local “amplia a definição de distrito industrial, no sentido de que acrescenta à rede industrial o sistema de relações entre os atores de um território, destacando a relevância da dimensão cognitiva dos mesmos, ao mesmo tempo em que os define com a capacidade de tomar decisões estratégicas em assuntos de seu interesse e do sistema produtivo em conjunto. Assim, à capacidade de produção e de organização das empresas é acrescentada a potencialidade de aprendizagem e a capacidade de intervenção nos processos de crescimento e mudança estrutural das economias locais”.

A forma como as novas tecnologias se propagam por todo o sistema produtivo local costuma ocorrer de forma hierárquica. As empresas líderes adotam as inovações e, a partir de então, se propagam pelas unidades do sistema produtivo através de relações formais e informais.

Barquero (2001) afirma que uma forma de propagação das inovações pelas unidades da rede e seu território é a imitação. “Este é um fenômeno que se propaga rapidamente, bastando, para tanto, que os imitadores percebam que a incorporação de inovações trouxe benefícios imediatos às firmas que as adotaram em primeiro lugar” (BARQUERO, 2001. p. 47).

Se a competitividade, a forma de organização, o desenvolvimento e a propagação das inovações são fatores importantes para os sistemas produtivos locais e conseqüentemente para o processo de desenvolvimento endógeno, o ambiente cultural e a própria sociedade não são diferentes.

Segundo Barquero (2001. p, 47), “o desenvolvimento endógeno ocorre em uma sociedade organizada, cujas formas de organização e cultura condicionam os processos de mudança estrutural e que, por sua vez, respondem às condições do processo de desenvolvimento”. Logo, o componente sociocultural do desenvolvimento endógeno é importante, pois este só ocorre em uma sociedade organizada e que apresente características capazes de promover os processos de mudança estrutural.

Para ele, são as empresas locais, organizadas em forma de redes de empresas e localizadas num determinado território, que fazem com que as condições sociais, a cultura e os códigos da população se reflitam na atividade produtiva. Como as empresas promovem as relações da comunidade local ao processo produtivo, as famílias influenciam no sucesso das empresas e dos sistemas produtivos locais, já que são as famílias que proporcionam os recursos humanos, empresariais e financeiros necessários para a grande parte dos projetos industriais.

No processo de desenvolvimento endógeno o território é o fator que lhe dá significado, pois cada território se articula com a economia internacional de acordo com sua própria história. O território é visto por Barquero como “um emaranhado de interesses de uma comunidade territorial, o que permite defini-lo como um agente do desenvolvimento local, sempre ocupado em manter e defender a integridade e os interesses territoriais nos processos de desenvolvimento e de mudança estrutural” (BARQUERO, 2001. p. 50).

Barquero (2001), baseado em pesquisas recentes sobre desenvolvimento endógeno e os distritos industriais, afirma que são as cidades médias o espaço preferido dos sistemas produtivos locais, pois é “nesses assentamentos que estão concentradas as economias externas e são formadas as condições que possibilitam a diminuição dos custos de transação entre as empresas e as organizações locais” (BARQUERO, 2001. p. 50).

3.2.3 O Papel dos Recursos Externos para o Desenvolvimento Endógeno

As características internas do território são fatores condicionadores do processo de desenvolvimento endógeno e dos sistemas produtivos locais. No entanto, Barquero (2001) explica que, mesmo sendo estes fatores extremamente importantes, o tamanho das unidades produtivas e a origem dos recursos não são determinantes para os processos de crescimento e de mudança estrutural.

Quanto às unidades produtivas, o importante é a organização das empresas em redes. E quanto à origem dos recursos, o importante é uma combinação de fatores locais e externos. “As grandes empresas e os grupos originários de outros territórios podem desempenhar um papel vital no desenvolvimento local, sempre que houver convergência entre suas estratégias e aquelas definidas no âmbito do território” (BARQUERO, 2001. p. 51-52).

O que atrai as grandes empresas inovadoras para determinados territórios são as características deste, como por exemplo, um sistema produtivo aberto às inovações, um sistema de empresas que são capazes de gerar economias de escala e que apresentam condições de competitividade crescente, um ambiente propício para a cooperação e para a competitividade, além de oferecer recursos e infra-estrutura de qualidade.

Mas, segundo Barquero (2001), para que o processo de desenvolvimento endógeno ocorra e adquira uma característica própria é preciso que ocorra convergência entre as estratégias das empresas e as do território. É desta forma, que os recursos externos associados às características internas podem ajudar no processo de desenvolvimento endógeno.

3.2.4 Um Desenvolvimento Endógeno Local

O principal objetivo a ser alcançado para que o desenvolvimento endógeno seja sustentável e duradouro está em dar ênfase aos aspectos sociais, econômicos e ambientais. As iniciativas locais precisam estar ligadas conjuntamente à eficiência na locação de recursos públicos e privados, a equidade na distribuição da riqueza e do emprego e ao equilíbrio em termos de meio ambiente (BARQUERO, 2001 p. 53).

A estratégia apontada por Barquero (2001) é promover o desenvolvimento de territórios em um entorno no qual existam níveis elevados de incerteza e turbulência. Haja vista que um dos fatores que promovem o desenvolvimento endógeno são os sistemas produtivos locais através de processos de industrialização, e estes se desenvolvem, principalmente, em situações de crise.

As ações propostas por Barquero (2001) são:

- Melhorar a infra-estrutura tanto para produzir como para viver;
- Suprir as carências e melhorar os fatores imateriais do desenvolvimento como aprendizagem, conhecimento e inovação;
- Fortalecer a capacidade organizacional do território;
- Promover o uso adequado dos recursos renováveis.

Estas ações devem levar em consideração as diferentes características de cada território, o que requer um tratamento específico para cada um deles. Segundo Barquero (2001), é preciso utilizar instrumentos adequados para eliminar as restrições ao bom funcionamento da economia local e incrementar a competitividade das empresas.

Busca-se com essas ações fomentar a difusão das inovações, como descrito anteriormente, a capacidade empresarial de cada território, a qualificação do capital humano, a flexibilidade do sistema produtivo, a formação e o desenvolvimento das redes e relações entre os atores e as atividades, a conservação dos recursos naturais e a recuperação do patrimônio histórico e cultural.

No que se refere a organização e a administração das estratégias de desenvolvimento endógeno, Barquero (2001) afirma que é preciso que as políticas adotem sistemas de gestão descentralizada e não conforme as políticas tradicionais em que o Estado administra todo o

processo. Neste caso, a atuação vai desde organizações intermediárias prestadoras de serviços, inclusive financeiros, até as empresas e organizações.

O desenvolvimento endógeno é, portanto, um processo de “crescimento e mudança estrutural no qual a organização do sistema produtivo, a rede de relações entre atores e atividades, a dinâmica de aprendizagem e o sistema sociocultural são determinantes no processo de mudança” (BARQUERO, 2001. p. 49). Neste processo toda a comunidade deve estar evolvida e organizada num meio propício ao desenvolvimento de sistemas produtivos locais capazes de gerar competitividade e cooperação entre as empresas de forma que as inovações se propaguem por todas as empresas do território. É um processo que leva em consideração as características de cada território e da sociedade que a ele pertence, um processo em que as políticas devem ser realizadas de forma descentralizada e que possa atender toda a comunidade local.

3.2.5 Críticas ao Modelo de Desenvolvimento Endógeno

Embora a teoria do desenvolvimento endógeno seja capaz de interpretar os processo de crescimento, industrialização e mudança estrutural da economia de cidades e regiões urbanas, nos últimos anos esta teoria vem sofrendo críticas em alguns pontos. Barquero (2001) afirma que as principais críticas são as relativas a viabilidade de sua estratégia, a consistência do modelo de acumulação dos distritos industriais e a sua ambigüidade e pouca eficácia.

Para ilustrar esta situação Barquero (2001) apresenta críticas de autores como Amin e Robins (1990) e Harrison (1994). Para estes autores o modelo não responde às mudanças sociais e institucionais do mercado, o que, no mundo em que o desenvolvimento tende a se globalizar e promover a concentração e integração, faria com que os sistemas produtivos locais tenham um futuro limitado.

A resposta de Barquero (2001) a estas críticas é que as estratégias, os objetivos e as ações das grandes empresas inovadoras, como mostram os estudos, são compatíveis com as seguidas pelos territórios. Para ele, mesmo que existam dúvidas quanto ao poder das grandes empresas em relação às organizações territoriais, isto estará vinculado, nos países democráticos, ao fortalecimento da sociedade civil e a regulação das relações entre as organizações.

Outros autores, conforme Barquero (2001), fazem sua crítica ao modelo com base no fechamento das empresas e na redução dos empregos que vem ocorrendo na última década nos distritos industriais. Para esses autores, tal situação põe em evidência um possível desaparecimento das vantagens competitivas existente nos sistemas produtivos locais.

No entanto, Barquero (2001) afirma que esta pode ser uma conclusão precipitada já que estas situações destacadas pelos críticos são apenas processos de ajustes nos sistemas locais de empresas. Pois, “as empresas e os sistemas produtivos locais são permanentemente confrontados com a necessidade de aumentar a competitividade e superar as perdas de posição nos mercados” (BARQUERO, 2001. p. 55).

Diante dessas críticas, o importante segundo Barquero (2001) é que esteja claro que o desenvolvimento endógeno é uma teoria que tem um mecanismo específico de acumulação baseado na forma organizacional de cada território, num sistema de aprendizagem capaz de incorporar novas tecnologias e de propagá-las e numa forte integração territorial. Todas essas características permitem que as comunidades locais tenham sua própria dinâmica e fornecem um instrumento de ação para as mesmas.

CAPÍTULO 4 – ANÁLISE MICRORREGIONAL COMPARATIVA

Este capítulo tem por objetivo estudar o grau de desenvolvimento das microrregiões de Blumenau, de Itajaí e de Joaçaba e sua relação com o desenvolvimento do estado de Santa Catarina com base nas teorias apresentadas no capítulo 3. A primeira seção apresenta as características básicas do estado de Santa Catarina e das microrregiões estudadas.

As demais seções têm como foco o panorama geral do desenvolvimento no Estado de Santa Catarina e das microrregiões de Blumenau, Itajaí e Joaçaba. A análise do estado e das microrregiões leva em consideração os indicadores de desenvolvimento e os de qualidade deste desenvolvimento. A segunda seção trata dos aspectos populacionais, a terceira da situação ocupacional, a quarta, dos indicadores econômicos, a quinta, dos indicadores qualitativos do desenvolvimento e a sexta faz um apanhado geral do desenvolvimento das microrregiões comparando-as entre si.

4.1 CARACTERÍSTICAS GERAIS DO ESTADO DE SANTA CATARINA E DAS MICRORREGIÕES ESTUDADAS

Este tópico faz uma apresentação rápida das características básicas do estado de Santa Catarina e das microrregiões de Blumenau, Itajaí e Joaçaba. Esta apresentação é importante para, que antes de se estudar o desenvolvimento nessas microrregiões, tenha-se um breve conhecimento de como elas estão inseridas no estado de Santa Catarina.

4.1.1 Estado de Santa Catarina

O estado de Santa Catarina está situado no Sul do Brasil o que o coloca no centro dos principais mercados do Brasil e dos países do Mercosul. Está dividida, de acordo com o IBGE, em seis mesorregiões (Oeste Catarinense, Serrana, Norte Catarinense, Vale do Itajaí, Grande Florianópolis e Sul Catarinense) e em vinte microrregiões (Araranguá, Blumenau, Campos de Lages, Canoinhas, Chapecó, Concórdia, Criciúma, Curitibanos, Florianópolis, Itajaí, Ituporanga, Joaçaba, Joinville, Rio do Sul, São Bento do Sul, São Miguel D'Oeste, Tabuleiro, Tijucas, Tubarão e Xanxerê).

A população de Santa Catarina descende, em sua maioria, de europeus em especial portugueses, italianos e alemães. A estimativa da população em 2005 do IBGE é de 5,87 milhões de habitantes distribuídos em uma área de 95,4 mil km².

Em 2000, segundo dados do IPEADATA, cerca de 79% da população de Santa Catarina estava concentrada na área urbana, ao contrário da década de 70, quando cerca de 57% da população se concentrava na área rural.

A economia catarinense caracteriza-se principalmente pela distribuição das empresas industriais por todo o território estadual, agrupadas em pólos regionais especializados. Segundo o ICEPA as indústrias que mais se destacam são: a cerâmica, localizada especialmente no sul do estado; a têxtil, localizada principalmente em Blumenau; a eletro-metal-mecânica, no norte do estado com destaque para Joinville; a agroindustrial no oeste do estado; a de extração de minério (principalmente carvão), nas cidades de Tubarão, Criciúma e municípios vizinhos.

Santa Catarina conta ainda com três portos para a escoação de sua produção. No litoral norte o porto de São Francisco do Sul, em Itajaí o Porto de Itajaí e o Porto privado de Imbituba no sul do estado.

Mas também existem problemas no estado relacionados principalmente a área de infraestrutura básica, extremamente importante para o processo de desenvolvimento. Segundo Mattei (1999) “há sérios problemas no setor energético (...) o sistema rodoviário é precário e carente de investimentos e o sistema portuário está muito defasado e operando com baixa produtividade” (MATTEI, 1999).

Mesmo com problemas, a economia catarinense apresentou um bom desempenho nos anos 90, contrariando as expectativas adotadas num contexto de abertura comercial e de processo de liberalização econômica.

4.1.2 Microrregião de Blumenau

A microrregião de Blumenau pertence a mesorregião do Vale de Itajaí e é composta pelos municípios de Apiúna, Ascurra, Benedito Novo, Blumenau, Botuverá, Brusque, Doutor Pedrinho, Gaspar, Guabiruba, Indaial, Luiz Alves, Pomerode, Rio dos Cedros, Rodeio e Timbó. A população total estimada pelo IBGE dessa microrregião em 2005 é de 613,6 mil

habitantes distribuídos em uma área total de 4,75 mil km², correspondendo a uma densidade demográfica de 129,2 hab./km².

Sua atividade econômica está concentrada na indústria com destaque para a indústria têxtil, o que a coloca entre os principais pólos industriais de Santa Catarina. Mattei (1999) afirma que a partir de 1880 foram instaladas as primeiras indústrias deste setor na região, em especial nos municípios de Blumenau e Brusque. É nessa região que estão concentrados os principais grupos empresariais do ramo têxtil: Hering, Sulfrabril, Renaux, Garcia, Butettner, dentre outros.

No entanto a microrregião de Blumenau também está se desenvolvendo em outros setores. No município de Blumenau e nas cidades próximas o setor de metal-mecânico está se expandindo. Em Gaspar está localizada a Ceval Alimentos, recentemente comprada pelo grupo Bunge & Born tornando-se, segundo Mattei (1999) a maior empresa mundial na área de processamento de produtos oleaginosos.

A partir de 1990 a microrregião de Blumenau passou a se desenvolver na indústria de informática. Em Blumenau está localizado um dos três núcleos estaduais do programa Softex voltados para o desenvolvimento de *software* para exportação.

4.1.3 Microrregião de Itajaí

Pertencente a mesorregião do Vale do Itajaí, a microrregião de Itajaí é composta por doze municípios e possui uma área total de 1,45 mil km². Os municípios que compõem esta microrregião são: Balneário Camboriú, Barra Velha, Bombinhas, Camboriú, Ilhota, Itajaí, Itapema, Navegantes, Penha, Balneário Piçarras, Porto Belo e São João do Itaperiú.. Sua população total estimada pelo IBGE em 2005 é de 484,9 mil habitantes, e sua densidade demográfica para o mesmo período é de 334,4 hab./km².

Nesta microrregião encontra-se o maior porto do estado de Santa Catarina, o porto de Itajaí. As atividades econômicas estão ligadas predominantemente ao porto e ao complexo turístico. No turismo destaca-se a cidade de Balneário Camboriú que, segundo Mattei (1999), se transformou no principal pólo turístico do estado.

A indústria de pescados avançou bastante e conta hoje com a maior empresa de sardinha e atum do país, a empresa Ferreira Mercado de Pescados (Femepe) detentora das marcas Pescador, Costa Brava, Alcion e Navegantes.

4.1.4 Microrregião de Joaçaba

A microrregião de Joaçaba pertence a mesorregião do Oeste Catarinense. É a maior das três microrregiões estudadas abrangendo uma área total de 9,14 mil km² e é composta por 27 municípios, Água Doce, Arroio Trinta, Caçador, Calmon, Capinzal, Catanduvas, Erval Velho, Fraiburgo, Herval D'Oeste, Ibiam, Ibicaré, Iomerê, Jaborá, Joaçaba, Lacerdópolis, Lebon Régis, Luzerna, Macieira, Matos Costa, Ouro, Pinheiro Preto, Rio das Antas, Salto Veloso, Tangará, Treze Tílias, Vargem Bonita, Videira. No entanto, mesmo sendo a maior em área e em número de municípios isto não se reflete em uma população total maior do que a das outras microrregiões. Isto porque sua população total estimada pelo IBGE para 2005 de 328,5 mil habitantes e sua densidade demográfica é de apenas 35,9 hab./km².

Segundo Mattei (1999), a economia da microrregião de Joaçaba está baseada na produção agropecuária e na agroindústria. Destacam-se nesta microrregião os municípios de Fraiburgo e proximidades e de Videira. O primeiro pela produção de maçã, sendo o maior produtor estadual e o segundo pela produção de uva, constituindo-se a principal área de produção de vinho do estado.

Outro setor importante na economia desta microrregião é a indústria de madeira, localizada especialmente em Caçador e Matos Costa.

4.2 ASPECTOS POPULACIONAIS

Esta seção compara os aspectos populacionais das microrregiões de Blumenau, Itajaí e Joaçaba entre e si e no contexto estadual. Para que tal comparação possa ser feita, esta seção está dividida em quatro subseções. A primeira apresenta a análise da população como um todo. A segunda como a população está distribuída entre região urbana e rural. A terceira a População Economicamente Ativa (PEA) das microrregiões e a proporção entre área urbana e rural.

4.2.1 População Total Microrregiões e do Estado de Santa Catarina

Os aspectos populacionais são de grande importância para a análise do desenvolvimento de qualquer região. Como citado anteriormente, o crescimento econômico em um ritmo superior ao crescimento demográfico leva a expansão no nível de empregos e na arrecadação pública, permitindo que o governo realize mais gastos voltados à área social e atenda as pessoas mais carentes, melhorando assim os indicadores sociais.

Desta forma, esta seção apresenta a evolução da população em termos absolutos e sua distribuição entre área urbana e rural e quais são as variações no crescimento populacional. Tais dados irão proporcionar uma base para comparação do crescimento da população em relação ao crescimento do PIB.

A população total de Santa Catarina e das microrregiões de Blumenau, Itajaí e Joaçaba no período de 1970 até 2005 estão na Tabela 1. Como é possível verificar, a população total de Santa Catarina em 2000 foi de 5,36 milhões de habitantes, e neste mesmo período a população da microrregião de Blumenau corresponde por cerca de 10% da população do estado. A microrregião de Itajaí compreende cerca de 8% da população total do estado e a microrregião de Joaçaba cerca de 6%. Em 2000, a população total das microrregiões era de 547.491 habitantes para a microrregião de Blumenau, de 404.854 habitantes para a microrregião de Itajaí e de 304.043 habitantes para a microrregião de Joaçaba.

Tabela 1 – População Residente Total Microrregiões e Santa Catarina (1970-2005)

Microrregião	Número de Habitantes					
	1970	1980	1991	1996	2000	Estimativa 2005
Blumenau	251.111	334.765	442.265	489.697	547.591	613.579
Itajaí	136.251	186.212	276.994	342.528	404.854	484.959
Joaçaba	193.382	215.842	262.890	281.180	304.043	328.500
Santa Catarina	2.901.660	3.628.292	4.541.994	4.875.244	5.356.360	5.866.568

Fonte: IPEADATA, Estimativa 2005 IBGE

A variação da população do estado Santa Catarina e destas microrregiões está ocorrendo em níveis bastante elevados, principalmente entre 1970 e 1991, como mostra a Tabela 2.

A variação da população estadual ficou em torno de 25% entre 1970 e 1991 e 17,93% entre 1991 e 2000. Dentre as microrregiões a que apresenta maior variação é a microrregião de Itajaí. A variação na população dessa microrregião é superior até mesmo a do estado como um todo, chegando, entre 1980 e 1991, a aproximadamente de 49%.

Tabela 2 – Variação População Residente Total
(em %)

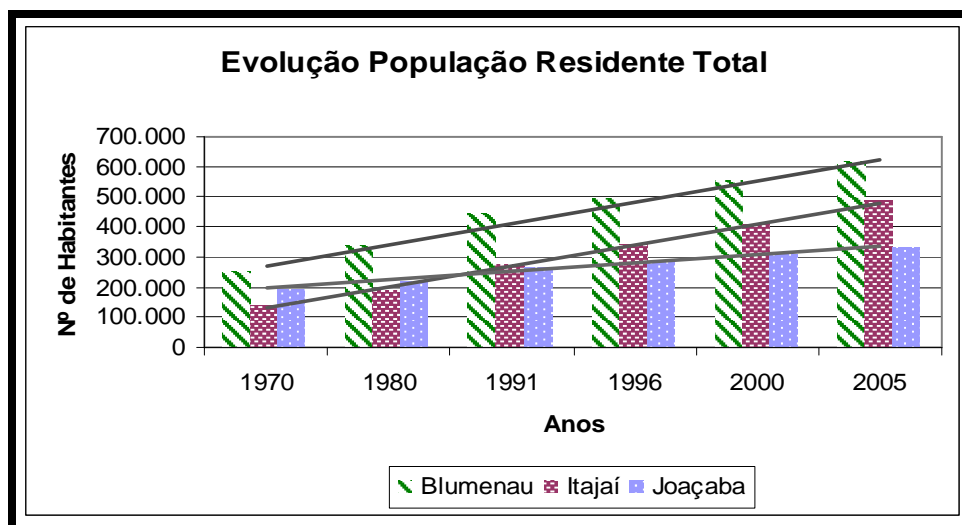
Microrregião	Variação Populacional (em %)		
	1970 - 1980	1980 - 1991	1991 - 2000
Blumenau	33,31	32,11	23,82
Itajaí	36,67	48,75	46,16
Joaçaba	11,61	21,80	15,65
Santa Catarina	25,04	25,18	17,93

Fonte: IPEADATA: Elaboração da autora

As demais microrregiões apresentaram uma variação mais moderada, ou seja, mais próxima ao nível estadual. Nos últimos anos essa variação diminuiu, porém, entre 1991 e 2000, ela foi de 17,93% para o estado, 15,65% para Joaçaba, 23,82% para Blumenau e 46,16% para Itajaí.

Os dados analisados apontam para o fato de a variação estar ocorrendo em níveis mais elevados nas microrregiões de Blumenau e Itajaí, pertencentes a regiões localizadas mais próximas a faixa litorânea do estado, em relação à microrregião de Joaçaba, localizada no interior do estado. Indicando, assim, uma possível litoralização da população catarinense.

O Gráfico 1 mostra a evolução da população total das microrregiões de 1970 a 2005. As linhas de tendências existentes no gráfico mostram como em algumas microrregiões a variação no número de habitantes é mais acentuada que em outras. Enquanto a microrregião de Itajaí teve um forte aumento da população de um período para o outro, a população da microrregião de Joaçaba aumentou modestamente. Estes resultados sugerem que além do crescimento vegetativo da população está ocorrendo forte migração para a microrregião de Itajaí.

Gráfico 1 - Evolução População Residente Total Microrregiões

Fonte: IPEADATA: Elaboração da autora

Diante deste quadro de aumento da população, é preciso verificar em qual área este aumento é mais elevado, se na área urbana ou rural. Já que de acordo com os conceitos de desenvolvimento estudados no capítulo 2 o aumento da migração da população do campo para a cidade constitui-se num indicador de desenvolvimento.

A distribuição da população residente de Santa Catarina e das microrregiões entre área rural e urbana se dá de acordo com a Tabela 3. Pode-se notar que a população estadual, a partir da década de 80, passou a se concentrar na área urbana.

Tabela 3– Distribuição População Residente – Rural e Urbana

Microrregião	Número de Habitantes – Área Rural e Urbana (1970-200)							
	1970		1980		1991		2000	
	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana
Blumenau	98.508	259.090	75.675	259.090	89.043	353.222	75.019	472.572
Itajaí	49.485	152.281	33.931	152.281	24.076	252.918	22.829	382.025
Joaçaba	118.686	110.645	105.197	110.645	91.345	171.545	79.730	224.313
Santa Catarina	1.654.502	1.247.158	1.474.042	2.154.250	1.333.457	3.208.537	1.138.429	4.217.931

Fonte: IPEADATA

Quanto às microrregiões, a de Blumenau e de Itajaí possuem maior concentração da população na área urbana para todos os períodos analisados. Já a microrregião de Joaçaba em 1970 concentrava a população na área rural, mas já na década seguinte e a partir de então a área urbana passou a ter mais habitantes que a área rural, verificando-se nesta microrregião comportamento semelhante ao do estado.

A Tabela 4 mostra que a proporção da população vivendo na área rural vem diminuindo ao longo do tempo no estado e em todas as microrregiões estudadas. Em 2000, 21,25% da população estadual estava concentrada na área rural, enquanto que em 1970, esta proporção era de 57,02%.

Tabela 4 - Proporção População Residente – Rural e Urbana
(em %)

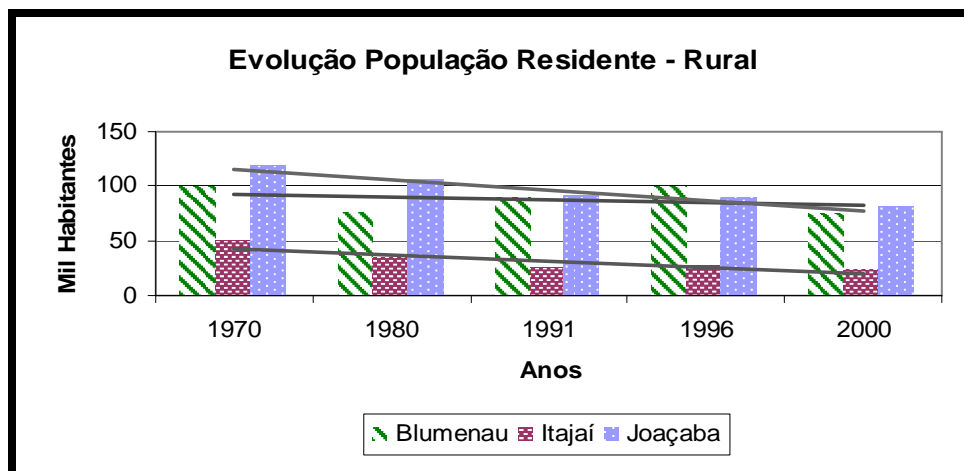
Microrregião	Proporção População Residente – Rural e Urbana (em %)							
	1970		1980		1991		2000	
	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana
Blumenau	27,55	72,45	22,61	77,39	20,13	79,87	13,70	86,30
Itajaí	24,53	75,47	18,22	81,78	8,69	91,31	5,64	94,36
Joaçaba	51,75	48,25	48,74	51,26	34,75	65,25	26,22	73,78
Santa Catarina	57,02	42,98	40,63	59,37	29,36	70,64	21,25	78,75

Fonte: IPEADATA: Elaboração da autora

Diante destes dados verifica-se uma redução da população rural em relação a população urbana no período analisado indicando que está havendo uma possível migração da população do campo para a cidade.

Este comportamento pode ser verificado no Gráfico 2, que apresenta a evolução da população rural nas microrregiões e na Tabela 05, que apresenta a variação da população rural no estado e nas microrregiões.

O Gráfico 2 permite afirmar que a população rural está diminuindo, e de acordo com a Tabela 5 essa redução estava ocorrendo em 2000 em um nível de -14,63% para Santa Catarina, -15,75% para a microrregião de Blumenau, -5,18 para Itajaí, -12,72% para Joaçaba.

Gráfico 2- Evolução População Residente Microrregional - Rural

Fonte: IPEADATA: Elaboração da autora

Tanto estado como as microrregiões de Itajaí e Joaçaba apresentaram redução da população rural em todos os períodos analisados. Já a microrregião de Blumenau apresentou um comportamento distinto durante o período de 1980 e 1991, quando a população rural aumentou 17,67%.

Tabela 5 – Variação População Residente – Rural
(em %)

Microrregião	Variação Populacional - Rural (em %)		
	1970 - 1980	1980 - 1991	1991 - 2000
Blumenau	-23,18	17,67	-15,75
Itajaí	-31,43	-29,04	-5,18
Joaçaba	-11,37	-13,17	-12,72
Santa Catarina	-10,91	-9,54	-14,63

Fonte: IPEADATA: Elaboração da autora

Já o oposto ocorreu com a população urbana, que em todos os casos teve aumento como mostra a Tabela 6. Ao longo dos três períodos analisados o estado apresentou um enorme aumento entre 1970 e 1980, chegando a 72,73%. Recentemente, entre 1991 e 2000, esta variação diminuiu, porém continua em torno de 31%. A microrregião que apresentou maior variação da população urbana foi a de Itajaí, que entre 1991 e 2000 aumentou 51,05%.

Tabela 6 – Variação População Residente – Urbana
(em %)

Microrregião	Variação Populacional - Urbana (em %)		
	1970 - 1980	1980 - 1991	1991 - 2000
Blumenau	69,78	36,33	33,79
Itajaí	75,51	66,09	51,05
Joaçaba	48,13	55,04	30,76
Santa Catarina	72,73	48,94	31,46

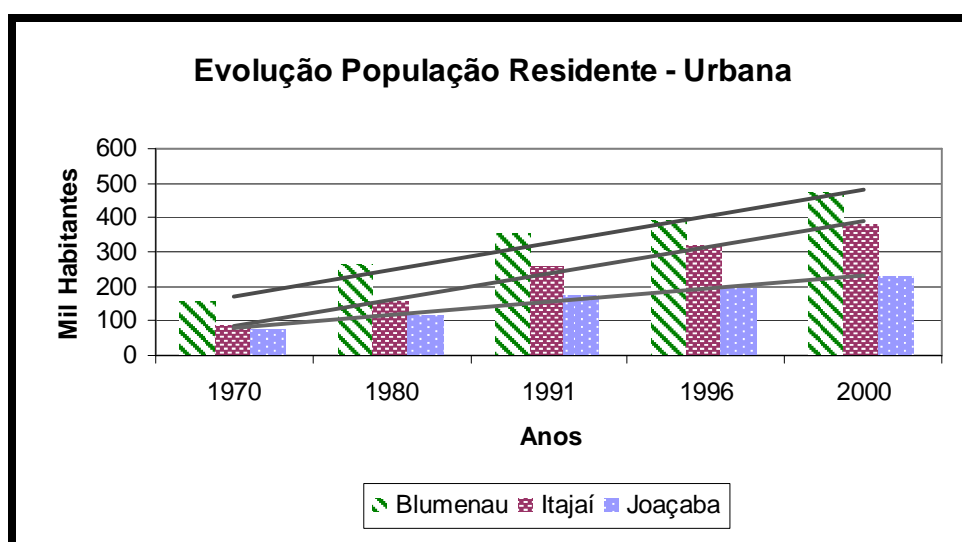
Fonte: IPEADATA: Elaboração da autora

O aumento da população urbana está ocorrendo em níveis bastante elevados. A microrregião de Joaçaba atingiu seu pico de crescimento populacional na área urbana entre 1980 e 1991, diferente do estado e das microrregiões de Itajaí e de Blumenau que tiveram maior crescimento entre 1970 e 1980.

Os períodos de maior variação da população urbana (Tabela 6) coincidem com os períodos de menor variação da população rural, para o estado, bem como para todas as microrregiões estudadas. Tal situação indica, novamente, uma possível migração da população do campo para a cidade.

Comparando-se os Gráficos 2 e 3, pode-se afirmar que o que está ocorrendo não é apenas o aumento da população urbana em um nível superior ao da população rural. O que está ocorrendo, na maioria dos casos, é a redução efetiva da população rural.

Gráfico 3 – Evolução População Residente Microrregiões – Urbana



Fonte: IPEADATA: Elaboração da autora

O Gráfico 3, mostra que a evolução da população urbana nas microrregiões entre 1970 e 2000 foi mais acentuada que a evolução da população rural para o mesmo período

Diante do exposto nesta seção pode-se concluir que em todas as microrregiões estudadas está ocorrendo aumento da população, em especial da população urbana. O comportamento do estado quanto ao comportamento do crescimento populacional é semelhante ao comportamento das microrregiões, diferindo apenas em termos quantitativos, crescendo mais em algumas situações do que algumas microrregiões e menos em outras.

Dentre as microrregiões estudadas, a que mais se destaca em relação ao aumento da população é a de Itajaí. Esta microrregião é também a que possui maior proporção da população na área urbana, cerca de 94% em 2000. O aumento da população urbana da microrregião de Itajaí entre 1991 e 2000 chegou a 51,05%.

Porém, as demais microrregiões estudadas, incluindo o estado, também possuem a maior parte da população vivendo na área urbana, especialmente a partir de 1980.

4.2.2 População Economicamente Ativa (PEA) das Microrregiões e de Santa Catarina

Outro indicador importante com relação aos aspectos populacionais é a População Economicamente Ativa (PEA). Segundo Chahad (1998, p.406) “entende-se por PEA o conjunto de elementos empregados (E) e desempregados (D), num dado instante de tempo, e captado por um inquérito estatístico, a partir da definição de atividade econômica dos indivíduos”.

A Tabela 7 mostra a proporção da PEA em relação à população total do estado e de cada microrregião para o período entre 1970 e 2000.

Verifica-se que, ao longo dos anos analisados, a PEA vem aumentando para as microrregiões e para o estado. O percentual da PEA em relação à população total é bastante similar entre o estado e as microrregiões. Em 2000 a PEA de Santa Catarina correspondia a 50,08% da população estadual, a da microrregião de Blumenau a 54,18%, de Itajaí correspondia a 47,78%, a de Joaçaba a 49,79%.

Tabela 7 - População Economicamente Ativa Total (1970-2000)

Microrregião	PEA Total e em Proporção da População Total							
	1970	% Pop. Total	1980	% Pop. Total	1991	% Pop. Total	2000	% Pop. Total
Blumenau	86.999	34,64	149.746	44,73	211.318	47,78	296.660	54,18
Itajaí	36.661	26,91	65.170	35,00	110.057	39,73	193.446	47,78
Joaçaba	61.008	31,55	80.914	37,49	114.681	43,62	151.099	49,71
Santa Catarina	882.229	30,40	1.356.186	37,38	1.976.878	43,52	2.682.355	50,08

Fonte: IPEADATA

Entre 1970 e 1980, a PEA tanto do estado como das microrregiões cresceram em níveis elevados como mostra a Tabela 8 e o Gráfico 4.

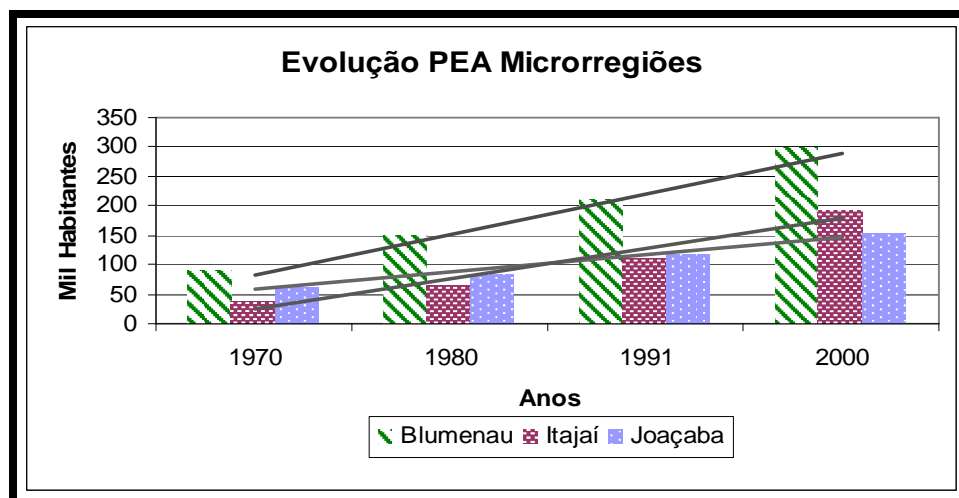
**Tabela 8 – Variação População Economicamente Ativa
(em %)**

Microrregião	Variação PEA (em %)		
	1970 - 1980	1980 - 1991	1991 - 2000
Blumenau	72,12	41,12	40,39
Itajaí	77,76	68,88	75,77
Joaçaba	32,63	41,73	31,76
Santa Catarina	53,72	45,77	35,69

Fonte: IPEADATA: Elaboração da autora

A variação da PEA do estado e das microrregiões é superior a variação da população total.

O pico do aumento da PEA, com exceção da microrregião de Joaçaba, foi entre os anos de 1970 e 1980, quando chegou a 53,72% para Santa Catarina, 77,76% para Itajaí, 72,12% para Blumenau. A microrregião de Joaçaba obteve o maior variação da PEA entre 1980 e 1981, 41,73%. Entre 1991 e 2000, a variação diminui, mas não significativamente.

Gráfico 4 - Evolução População Economicamente Ativa das Microrregiões

Fonte: IPEADATA: Elaboração da autora

Ao se distribuir a PEA entre área urbana e área rural, verifica-se, conforme Tabela 9, que, assim como a população residente, sua maior parte concentra-se na área urbana tanto no estado como nas microrregiões para os anos de 1980 a 2000. As microrregiões de Blumenau e Itajaí também concentravam a maior parte da PEA na área urbana para o ano de 1970.

A participação da área urbana no total da PEA aumentou em todos os períodos analisados para o estado de Santa Catarina e para todas as microrregiões estudadas e estão bem próximas as proporções da população total. Em 2000 o percentual da PEA na área urbana era de 77,68% para o estado de Santa Catarina, de 86,82% para a microrregião de Blumenau, de 94,47% para a de Itajaí e de 72,71% para a de Joaçaba.

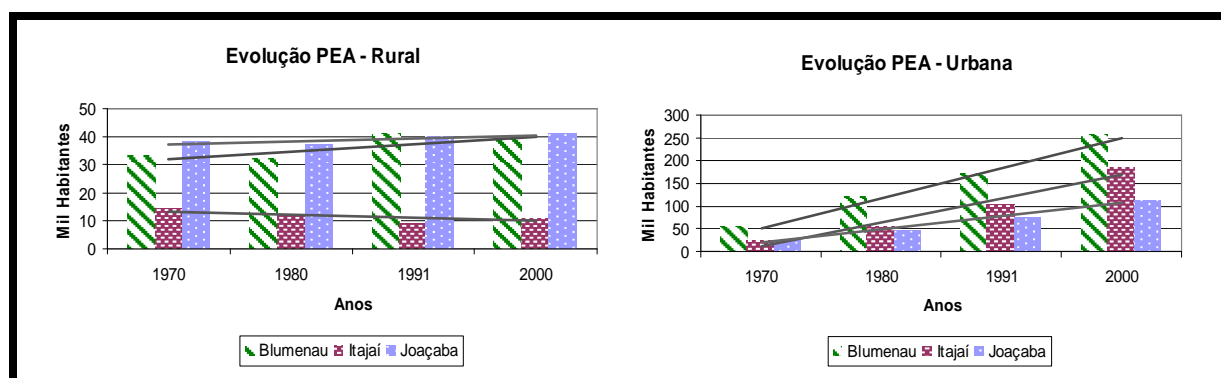
Tabela 9 - Proporção População Economicamente Ativa – Rural e Urbana
(em %)

Microrregião	Proporção PEA – Rural e Urbana							
	(em %)							
	1970		1980		1991		2000	
	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana
Blumenau	38,03	61,97	21,28	78,72	19,46	80,54	13,18	86,82
Itajaí	38,75	61,25	18,69	81,31	8,10	91,90	5,53	94,47
Joaçaba	62,31	37,69	45,91	54,09	34,55	65,45	27,29	72,71
Santa Catarina	58,54	41,46	39,38	60,62	30,79	69,21	22,32	77,68

Fonte: IPEADATA: Elaboração da autora

O Quadro 2 mostra a evolução da PEA rural comparativamente a evolução da PEA urbana nas microrregiões.

Quadro 2- Evolução População Economicamente Ativa das Microrregiões Rural e Urbana



Fonte: IPEADATA; Elaboração da autora

O que se pode observar é que o crescimento da PEA urbana é bem mais acentuado do que o crescimento da PEA rural. A PEA rural apresenta momentos de aumento e momentos de queda, como é possível verificar entre os anos de 1970 e 1980. Por outro lado, o crescimento da PEA urbana permaneceu constante.

A Tabela 10 mostra que no caso da microrregião de Itajaí a variação da PEA rural foi negativa para os períodos de 1970 a 1980 (-14,27%) e de 1980 a 1991 (-26,79%), mas a PEA rural voltou a aumentar entre 1991 e 2000 (19,89%). Para o caso da Microrregião de Blumenau a variação foi negativa entre 1970 e 1980 (-3,70%), positiva entre 1980 e 1991 (29,11%) e tornou a reduzir entre 1991 e 2000 (-4,91). A microrregião de Joaçaba por sua vez, apresentou variação negativa no crescimento apenas para o período de 1970 a 1980 (-2,27%), de 1980 a 1991 a variação foi de 6,65% e de 1991 a 2000 foi de 4,08%.

Tabela 10 – Variação População Economicamente Ativa – Rural
(em %)

Microrregião	Variação PEA – Rural (em %)		
	1970 - 1980	1980 - 1991	1991 - 2000
Blumenau	-3,70	29,11	-4,91
Itajaí	-14,27	-26,79	19,89
Joaçaba	-2,27	6,65	4,08
Santa Catarina	3,41	13,99	-1,65

Fonte: IPEADATA: Elaboração da autora

Pode-se verificar, desta forma, que o comportamento da PEA rural no estado bem como nas microrregiões estudadas foi instável para o período analisado. A variação da PEA rural do estado como um todo foi de 3,41% entre 1970 e 1980, chegou a 13,99% entre 1980 e 1991 e caiu para -1,65% entre 1991 e 2000. Em alguns períodos ocorreu queda na PEA rural em outros o aumento chega 29,11% como foi o caso da microrregião de Blumenau.

Já no caso da PEA urbana, o comportamento foi distinto, haja vista que o estado e todas as microrregiões apresentaram aumento ao longo do período analisado.

De acordo com a Tabela 11, a PEA urbana mais que dobrou entre 1970 e 1980 para o estado de Santa Catarina (124,75%), para as microrregiões de Blumenau (118,65%) e de Itajaí (135,99%). Para microrregião de Joaçaba a PEA urbana não chegou a dobrar neste mesmo período, mas aumentou 90,31%.

Tabela 11 – Variação População Economicamente Ativa – Urbana
(em %)

Microrregião	Variação PEA – Urbana (em %)		
	1970 - 1980	1980 - 1991	1991 - 2000
Blumenau	118,65	44,36	51,33
Itajaí	135,99	90,86	80,70
Joaçaba	90,31	71,51	46,37
Santa Catarina	124,75	66,41	52,30

Fonte: IPEADATA: Elaboração da autora

Nos anos seguintes, a variação diminuiu, e no período de 1991 a 2000 a PEA urbana de Santa Catarina teve um aumento de 52,30%. As microrregiões de Blumenau e Joaçaba acompanharam o nível do estado neste período com uma variação aproximada de 51% e 46%, respectivamente. Já a microrregião de Itajaí foi a que apresentou uma variação da PEA urbana mais acentuada (80,70%), superando até a variação do estado, provavelmente refletida pelo crescimento da população urbana dessa microrregião, que no mesmo período foi de 51,05%.

Diante do exposto em relação evolução da PEA do estado e das microrregiões e a participação da área urbana e rural, pode-se concluir que a PEA urbana apresentou maior variação para os anos analisados tanto no estado como nas microrregiões. O comportamento da PEA rural foi instável e em geral apresentou redução no crescimento.

O comportamento da PEA e da sua distribuição entre área urbana e rural, reflete o comportamento já verificado para a população residente. Assim como o total da população residente, a PEA também apresentou crescimento no período analisado, em especial a PEA urbana.

A tendência observada de migração da população do campo para as cidades devido ao aumento da população urbana e a redução da população rural é novamente possível pelo mesmo comportamento da PEA. Tal situação pode ser ilustrada pelos dados apresentados para a microrregião de Itajaí que, em 2000, 94,36% da população e 94,47% da PEA estavam concentradas na área urbana.

Outro aspecto importante desta análise é que o total da PEA do estado e das microrregiões cresceu entre 1970 e 2000, porém este crescimento vem sendo cada vez menor ao longo dos anos, assim como o da população total. Na realidade, o comportamento da PEA é pautado pelo comportamento da população total e reflete as suas alterações.

4.3 SITUAÇÃO OCUPACIONAL

Esta seção tem por objetivo analisar a situação ocupacional nas microrregiões de Blumenau, de Itajaí e de Joaçaba e do Estado de Santa Catarina, baseada especificamente no número de empregados segundo os setores econômicos e na taxa de desemprego.

4.3.1 Número de Empregados Segundo os Setores Econômicos

A forma como a população empregada⁷ está distribuída pelos setores econômicos é importante para verificar se os setores que mais contribuem para o PIB são também aqueles que mais empregam trabalhadores.

A Tabela 12 mostra o percentual de empregados segundo os setores econômicos do estado e das microrregiões de Blumenau, de Itajaí e de Joaçaba para o ano de 2000. Nela é possível verificar que apresentam padrões diferentes.

Tabela 12 – Empregados Segundo os Setores Econômicos em 2000

Empregados Segundo os Setores Econômicos em 2000 (em %)							
Microrregião	Indústria de Transf.	Comércio	Serviços	Adm. Pública	Agropecuária	Outros*	Total
Blumenau	53,33	15,64	21,23	5,52	0,38	3,90	100,00
Itajaí	16,49	26,55	38,12	9,87	3,56	5,42	100,00
Joaçaba	40,97	13,84	20,83	8,79	12,29	3,28	100,00
Santa Catarina	34,45	16,86	26,67	14,22	2,77	5,05	100,00

Fonte: Secretaria do Planejamento de Santa Catarina

*Neste item estão incluídos, outros setores e ignorados, extrativo mineral, construção civil e serviços industriais de utilidade pública.

No estado, os setores que mais se destacaram em número de empregados no ano de 2000 foram o da indústria de transformação (34,45%), o de serviços (26,67), o de comércio (16,86%) sendo que a agropecuária responde por apenas 2,77% do total de empregados.

Na microrregião de Blumenau o setor com maior número de empregados é da indústria de transformação (53,33%), seguido pelo setor de serviços (21,23%), sendo que a agropecuária emprega apenas 0,38%.

Diferentemente da microrregião de Blumenau, na de Itajaí o setor de serviços e de comércio são os que mais empregam, 38,12% e 26,55% respectivamente. A indústria emprega cerca de 16% do pessoal empregado e a agropecuária apenas 3,56%.

Das três microrregiões a mais agropecuária é a de Joaçaba, onde este setor emprega cerca de 12% do pessoal empregado. No entanto, é a indústria de transformação o setor mais

⁷ Os dados das Tabelas 12 e 13 foram calculados a partir do Anexo A.

representativo, compreendendo 40,97% do pessoal empregado. O setor de serviços responde por 20,83% do pessoal empregado.

Em 2004, o comportamento foi semelhante ao de 2000, novamente os setores mais representativos em termos de pessoal empregado foram a indústria para as microrregiões de Blumenau e Joaçaba e o de serviços para a microrregião de Itajaí como mostra a Tabela 13.

Tabela 13 – Empregados Segundo os Setores Econômicos em 2004

<i>Empregados Segundo os Setores Econômicos em 2004 (em %)</i>							
<i>Microrregião</i>	Indústria de Transf.	Comércio	Serviços	Adm. Pública	Agropecuária	Outros*	Total
Blumenau	53,09	16,49	21,11	5,69	0,49	3,14	100,00
Itajaí	16,23	26,78	37,56	11,67	3,11	4,65	100,00
Joaçaba	39,11	14,92	23,05	7,95	11,95	3,03	100,00
Santa Catarina	33,99	18,39	26,22	13,67	3,15	4,58	100,00

Fonte: Secretaria do Planejamento de Santa Catarina

*Neste item estão incluídos, além de outros setores e ignorados, os setores extrativo mineral, construção civil e serviços industriais de utilidade pública.

A representatividade de cada setor no ano de 2004 permaneceu bem similar à observada no ano de 2000.

De acordo com a teoria do desenvolvimento endógeno, o papel dos setores econômicos locais são extremamente importantes para o processo de desenvolvimento econômico e social. E ao menos os dados considerados nesta análise indicam que estas microrregiões, cada uma com suas particularidades, apresentam um setor interno bastante significativo, em especial o setor industrial. No entanto, para que esta afirmação possa ser comprovada seria importante saber o porte das indústrias locais, já que para a teoria do desenvolvimento endógeno as indústrias de pequeno e médio porte recebem destaque. Infelizmente tal análise não pôde ser feita dadas as limitações desta pesquisa.

4.3.2 Taxa de Desemprego

Segundo Chahad (1998, p. 413), “a taxa de desemprego contabiliza aqueles indivíduos que estão aptos, saudáveis, e buscando trabalho, mas que não encontram ocupação à taxa de salários vigente no sistema econômico”.

A taxa de desemprego é calculada com base na diferença entre a PEA e a População Economicamente Ocupada dividida pela PEA. A Tabela 14 aponta os números relativos a PEA total e a População Economicamente Ocupada de Santa Catarina e das microrregiões.

Tabela 14 - População Economicamente Ocupada e População Economicamente Ativa

<i>Microrregião</i>	<i>População Ocupada Total</i>				<i>População Economicamente Ativa Total</i>			
	1970	1980	1991	2000	1970	1980	1991	2000
Blumenau	85.356	147.570	202.324	272.344	86.999	149.746	211.318	296.660
Itajaí	34.930	62.720	104.826	167.778	36.661	65.170	110.057	193.446
Joaçaba	60.784	80.028	110.260	137.269	61.008	80.914	114.681	151.099
Santa Catarina	867.309	1.330.802	1.897.421	2.406.676	882.229	1.356.186	1.976.878	2.682.355

Fonte: IPEADATA

Pode-se verificar para o estado de Santa Catarina que a PEA de 2000 era de 2.682.355 habitantes, dos quais 2.406.676 estavam ocupados. No caso da microrregião de Blumenau de uma PEA de 296.600, 272.334 estavam ocupados. Na microrregião de Itajaí, para o mesmo período de um total de 193.446 habitantes que faziam parte da PEA, apenas 167.778 estavam ocupados. Na microrregião de Joaçaba, de uma PEA de 151.099, 137.269 estavam ocupados.

Isto se reflete na taxa de desemprego da Tabela 15, onde, em 2000, a taxa de desemprego ficou em torno de 10,28%. Neste mesmo ano, a microrregião de Blumenau apresentou a menor taxa de desemprego das três microrregiões, 8,20%, ou seja, da PEA desta microrregião cerca de 8% está desempregada.

A microrregião de Itajaí possui a maior taxa de desemprego para o ano de 2000 de todas as microrregiões estudadas, 13,27%, é a única que ficou acima até mesmo do nível estadual que foi de 10,28% para o mesmo período. A microrregião de Joaçaba apresentou uma taxa de desemprego de 9,15%, ficando com a segunda menor taxa das microrregiões e abaixo do nível estadual.

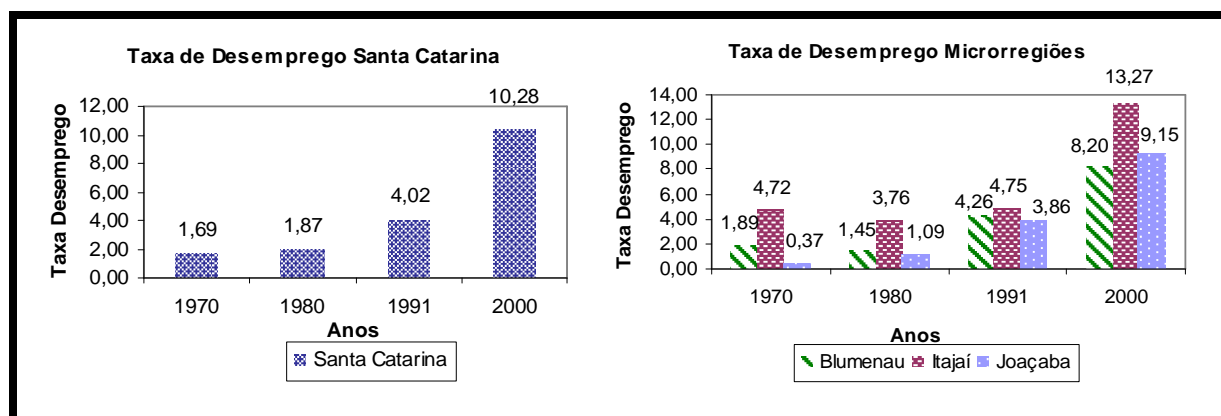
Tabela 15 - Taxa de Desemprego Total
(em %)

Microrregião	Taxa de Desemprego (%)			
	1970	1980	1991	2000
Blumenau	1,89	1,45	4,26	8,20
Itajaí	4,72	3,76	4,75	13,27
Joaçaba	0,37	1,09	3,86	9,15
Santa Catarina	1,69	1,87	4,02	10,28

Fonte: IPEADATA: Cálculos da Autora

O Quadro 3 mostra a diferença entre as taxas de desemprego entre estado de Santa Catarina e as microrregiões. Também mostra a variação desta taxa de 1970 a 2000.

Quadro 3 - Taxa de Desemprego de Santa Catarina e das Microrregiões
(em %)



Fonte: IPEADATA: Elaboração da Autora

O que se pode observar é que a taxa de desemprego aumentou nesse período para o estado e para todas as microrregiões estudadas. A microrregião de Itajaí sempre apresentou as maiores taxas de desemprego, superando até mesmo a estadual.

Até 1991, a microrregião com a menor taxa de desemprego era a de Joaçaba, no entanto, em 2000, foi substituída pela microrregião de Blumenau. Ambas sempre apresentaram taxas de desemprego próximas as estaduais.

Analisando-se a taxa de desemprego da Tabela 15, observa-se que o desemprego está aumentando ao longo dos anos, em especial na microrregião de Itajaí. Isto indica que o

crescimento da PEA não foi acompanhado pelo crescimento do nível de empregos na mesma proporção.

Quando analisada apenas com base na PEA rural, verifica-se que a taxa de desemprego⁸ também aumentou ao longo do período analisado (Tabela 16). A taxa de desemprego estadual na área rural está aumentando desde 1970 e em 2000 chegou a 3,94%.

Verifica-se também que a microrregião de Itajaí permaneceu com uma taxa de desemprego maior do que a de Santa Catarina e a das microrregiões de Blumenau e de Joaçaba. A microrregião com a menor taxa de desemprego rural é a de Joaçaba, que em 2000 foi de 3,09% ficando abaixo da estadual que foi de 3,94%. Isto se deve ao fato de a microrregião de Joaçaba ser a mais agropecuária das três microrregiões.

A microrregião de Blumenau apresentou a segunda maior taxa de desemprego rural (5,05%), no entanto, neste caso, como nos anos anteriores ficou acima da taxa estadual.

Tabela 16 – Taxa de Desemprego Rural
(em %)

<i>Microrregião</i>	<i>Taxa de Desemprego (%)</i>			
	1970	1980	1991	2000
Blumenau	0,77	1,79	5,26	5,05
Itajaí	3,96	3,05	4,48	7,47
Joaçaba	0,22	1,34	2,19	3,09
Santa Catarina	0,82	1,40	2,30	3,94

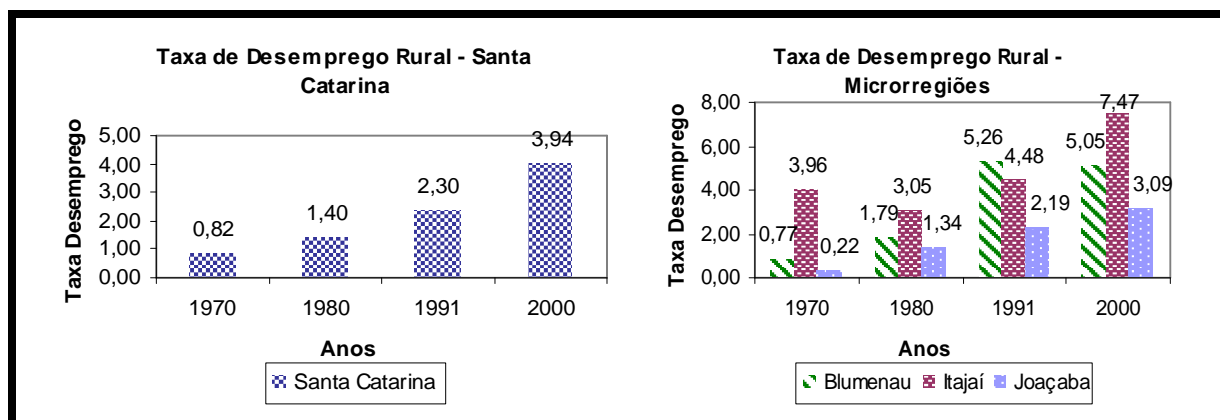
Fonte: IPEADATA: Cálculos da Autora

O Quadro 4 mostra a variação da taxa de desemprego rural de acordo com o estado de Santa Catarina e as microrregiões. No entanto, algumas microrregiões apresentam níveis mais elevados de desemprego.

A partir deste quadro é possível notar que a variação na taxa de desemprego rural acompanha a variação na taxa de crescimento da PEA rural.

⁸ Os dados utilizados para calcular a taxa de desemprego rural e urbana estão nos Anexos B e C.

Quadro 4 - Taxa de Desemprego Rural de Santa Catarina e das Microrregiões
(em %)



Fonte: IPEADATA: Elaboração da Autora.

A taxa de desemprego urbana calculada para o estado de Santa Catarina e para as microrregiões de Blumenau, de Itajaí e de Joaçaba é apresentada na Tabela 17. Novamente, as taxas de desemprego aumentaram no período analisado, a microrregião de Itajaí continuou apresentando as taxas mais elevadas.

No período entre 1991 e 2000, houve um aumento significativo na taxa de desemprego urbana para o estado e para as microrregiões. O estado de Santa Catarina sofreu um aumento na taxa de desemprego urbana que passou de 4,78% em 1991 para 12,10% em 2000. A taxa de desemprego urbana da microrregião de Blumenau passou de 4,01% em 1991 para 8,67% em 2000, a da microrregião de Itajaí passou de 4,78% para 13,61% e a da microrregião de Joaçaba passou de 4,73% para 8,67%.

Tabela 17 - Taxa de Desemprego Urbana

(em %)

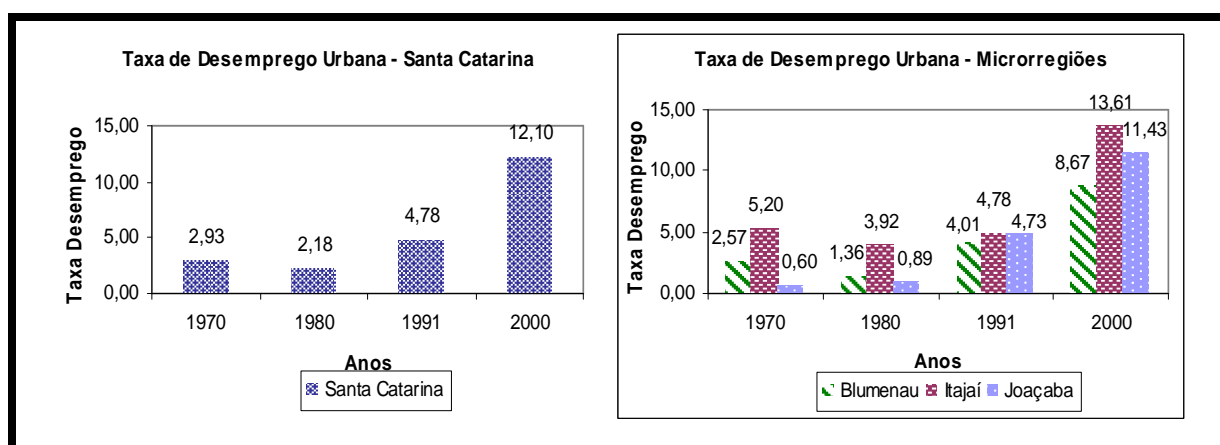
Microrregião	Taxa de Desemprego (%)			
	1970	1980	1991	2000
Blumenau	2,57	1,36	4,01	8,67
Itajaí	5,20	3,92	4,78	13,61
Joaçaba	0,60	0,89	4,73	11,43
Santa Catarina	2,93	2,18	4,78	12,10

Fonte: IPEADATA: Cálculos da Autora.

Assim como a taxa de desemprego rural, a taxa de desemprego urbana acompanha o aumento da PEA urbana. Como a PEA está concentrada, em todas as microrregiões estudadas, na área urbana, a taxa de desemprego é também maior nessa área do que na rural.

O Quadro 5 permite visualizar que entre 1991 e 2000 a taxa de desemprego teve um aumento superior ao dos demais períodos para todas as microrregiões. E o aumento da taxa de desemprego, neste caso vem ocorrendo numa proporção cada vez maior e acompanha a taxa estadual.

Quadro 5 – Taxa de Desemprego Urbana de Santa Catarina e das Microrregiões
(em %)



Fonte: IPEADATA: Elaboração da Autora

A partir dos dados analisados é possível notar que a taxa de desemprego nas microrregiões de Blumenau, de Itajaí e de Joaçaba aumentaram da mesma forma que a estadual também aumentou. O ano de 2000 foi o ano em que a taxa de desemprego se situou no patamar mais elevado dentre os anos analisados. As taxas de desemprego tanto na área urbana como na área rural acompanharam a mesma tendência da taxa de desemprego total, no entanto a taxa urbana foi a que apresentou o maior crescimento de um período para o outro, em especial para o período de 1991 a 2000.

A maior taxa de desemprego na área urbana é explicada pela concentração de uma proporção maior da PEA na área urbana em relação à área rural em todas as microrregiões, incluindo o estado.

4.4 ASPECTOS ECONÔMICOS

Esta seção tem como foco a evolução do PIB em termos globais, do PIB *per capita* e do PIB segundo os setores econômicos do estado de Santa Catarina e das microrregiões de Blumenau, Itajaí e Joaçaba. Embora esses indicadores econômicos apresentem sérias limitações, como especificado neste trabalho, são bastante utilizados para medir o grau de desenvolvimento quando associados a outros indicadores qualitativos.

Desta forma, a primeira subseção apresenta a evolução do PIB do estado e das microrregiões. A segunda subseção analisa a evolução do PIB em termos *per capita*. E a terceira subseção PIB do estado de Santa Catarina e das microrregiões segundo os setores econômicos.

4.3.1 Evolução do PIB das Microrregiões e do Estado de Santa Catarina (1998- 2004)

Embora o crescimento econômico não seja suficiente para explicar o desenvolvimento sócio-econômico, seu estudo aliado a outros indicadores pode auxiliar e muito tal análise.

Esta subseção analisa o PIB do estado de Santa Catarina e das microrregiões de Blumenau, de Itajaí e de Joaçaba no período de 1998 a 2004 com base principalmente na sua taxa de crescimento.

A Tabela 18 mostra os valores globais do PIB a preços de mercado corrente do estado e das microrregiões. É possível notar o PIB microrregional aumentou constantemente durante os anos analisados, seguindo a linha do PIB estadual.

Tabela 18 - Evolução PIB a Preço de Mercado Corrente (1998-2004)

Microrregião	Evolução do PIB (R\$ Milhões)						
	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Blumenau	4.588,30	5.036,95	5.936,16	6.235,47	6.462,68	7.365,47	8.533,65
Itajaí	1.816,39	1.922,36	2.155,82	2.452,91	3.018,81	3.548,57	4.042,32
Joaçaba	2.526,40	2.786,85	3.315,05	3.727,94	4.117,95	5.061,63	5.233,53
Santa Catarina	32.434,06	35.681,85	42.428,08	46.534,52	51.828,17	62.213,54	70.207,92

Fonte: Secretaria de Estado do Planejamento – SC

Dentre as microrregiões estudadas a que possui maior participação no PIB estadual, como mostra a Tabela 19, é a de Blumenau que em 1994 respondia por 14,15%, e em 2000 passou para 12,15%.

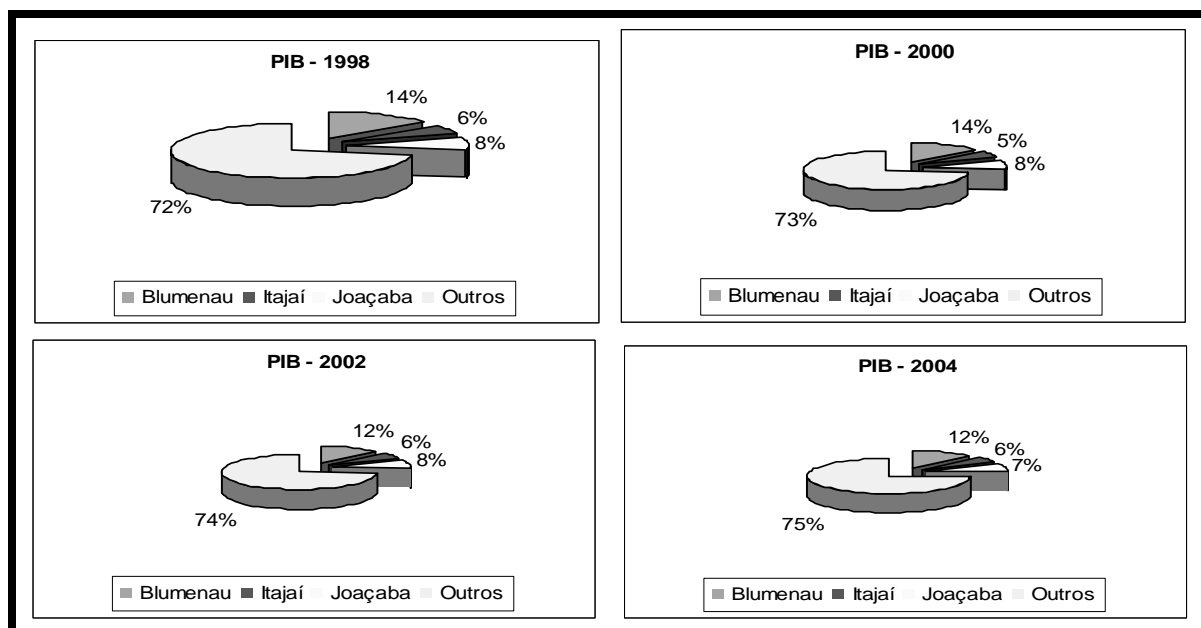
Tabela 19 - Participação Percentual do PIB Microrregional no PIB de Santa Catarina (1998-2004)

Microrregião	Participação Percentual do PIB Microrregional no PIB de Santa Catarina (em %)						
	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Blumenau	14,15	14,12	13,99	13,40	12,47	11,84	12,15
Itajaí	5,60	5,39	5,08	5,27	5,82	5,70	5,76
Joaçaba	7,79	7,81	7,81	8,01	7,95	8,14	7,45
Outros	72,46	72,69	73,11	73,32	73,76	74,32	74,63
Santa Catarina	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Secretaria de Estado do Planejamento - SC: Elaboração da Autora.

As outras duas microrregiões não apresentaram grandes variações ao longo do período, a microrregião de Itajaí variou em torno de 5% e 6% e a de Joaçaba em torno de 7% e 8% como mostra o Quadro 6.

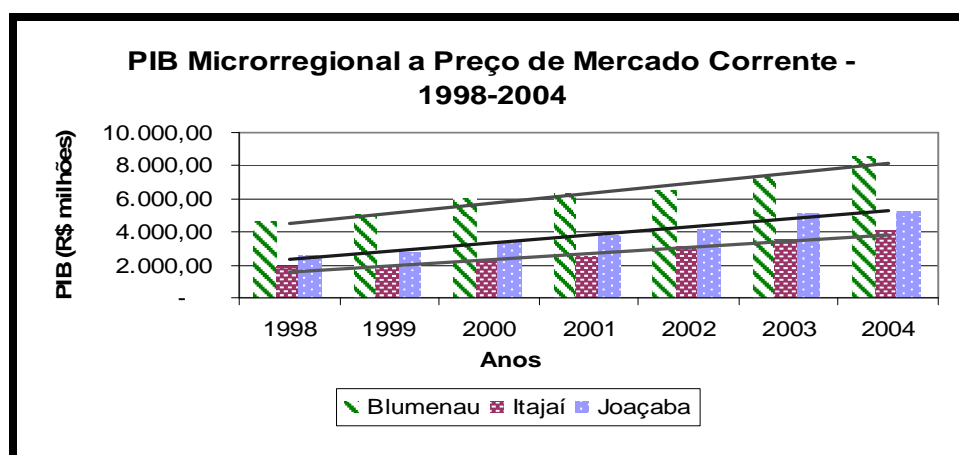
Quadro 6 – Participação Percentual do PIB Microrregional no PIB Estadual



Fonte: Secretaria de Estado do Planejamento - SC: Elaboração da Autora.

A evolução do PIB das microrregiões pode ser verificada no Gráfico 5. Neste gráfico é possível notar que a proporção com que o crescimento ocorre varia de um ano para o outro.

Gráfico 5 - Evolução PIB Microrregional a Preços de Mercado 1998-2004
(em R\$ milhões)



Fonte: Secretaria de Estado do Planejamento - SC: Elaboração da autora.

Porém comprova o crescimento contínuo do PIB das microrregiões, fator importante para o desenvolvimento econômico se for acompanhado de melhorias nos indicadores qualitativos deste desenvolvimento.

A variação do PIB pode ser observada na Tabela 20. Nela é possível notar que esta variação não ocorreu nas mesmas proporções para o estado e para todas as microrregiões.

Tabela 20 – Variação do PIB a Preços de Mercado – 1998-2004
(em %)

Microrregião	Variação do PIB (%)					
	1998 - 1999	1999 - 2000	2000 - 2001	2001 - 2002	2002 - 2003	2003 - 2004
Blumenau	9,78	17,85	5,04	3,64	13,97	15,86
Itajaí	5,83	12,14	13,78	23,07	17,55	13,91
Joaçaba	10,31	18,95	12,46	10,46	22,92	3,40
Santa Catarina	10,01	18,91	9,68	11,38	20,04	12,85

Fonte: Secretaria de Estado do Planejamento - SC: Elaboração da Autora.

Houve anos em que microrregiões apresentaram redução na variação outras tiveram aumentos.

De acordo com a Tabela 20 o aumento do PIB catarinense foi de 12,85 % entre 2003 e 2004. A microrregião de Blumenau obteve uma variação de 9,78% entre 1998 e 1999, chegou a 17,85% entre 1999 e 2000, caiu nos próximos anos chegando a 3,64% entre 2001 e 2002, tornou a subir e entre 2003 e 2004 alcançou um crescimento de 15,86% superando o catarinense.

A microrregião de Itajaí apresentou variação no PIB de 5,83% entre 1998 e 1999, nos próximos anos ela aumentou chegando a 23,07% entre 2001 e 2002, mas tornou a reduzir e entre 2003 e 2004 ficou em 13,91%, ainda acima do nível estadual.

Já a microrregião de Joaçaba foi a que apresentou uma variação mais moderada, entre 1998 e 1999 a variação no PIB era de 10,31%, reduziu-se ao longo dos próximos anos e entre 2001 e 2002 obteve um aumento de 10,46%, tornou a subir entre 2002 e 2003 para 22,92%, mas entre 2003 e 2004 caiu para 3,40%.

O comportamento da variação do PIB estadual também sofreu alterações e em 2004 só foi maior do que a variação da microrregião de Joaçaba. Esta microrregião foi a única que apresentou uma desaceleração significativa do crescimento do PIB. No entanto para que se possa fazer uma análise responsável sobre esta situação é preciso considerar os fatores que a influenciaram, fatores estes que na serão analisados dada a limitação desta pesquisa.

Considerando-se que o crescimento da população permaneceu constante entre os anos de 2000 a 2004, da mesma forma como entre os anos de 1970 a 2000, e que a inflação do período se manteve constante, pode-se afirmar que, o crescimento do PIB para todas as microrregiões foi superior ao crescimento populacional. Isto, no entanto, não se refletiu numa redução na taxa de desemprego como era de se esperar. Porém, esta análise também é limitada, uma vez que não existem dados do PIB para anos anteriores a 1998 em níveis microrregionais, e a taxa de desemprego foi calculada para os anos de 1970 a 2000.

4.4.2 PIB Per Capita de Santa Catarina e das Microrregiões (1998-2004)

Na análise do desenvolvimento econômico, não basta considerar apenas o crescimento econômico com base no PIB em termos globais, é preciso considerá-lo em termos *per capita* de forma que se possa mostrar como ele está distribuído entre a população das microrregiões e do estado de Santa Catarina.

a) Santa Catarina

O PIB *per capita* estadual e sua evolução de 1998 a 2004 estão apresentados na Tabela 21.

Tabela 21- PIB Per Capita Santa Catarina
(em R\$)

Estado	PIB per capita - Santa Catarina						
	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Santa Catarina	6.224	6.745	7.902	8.511	9.272	10.949	12.159

Fonte: Secretaria de Estado do Planejamento - SC: Elaboração da Autora

Pode-se verificar que conforme o PIB em termos globais, o PIB *per capita* estadual, também cresceu durante os anos analisados. No entanto é preciso levar em consideração se este crescimento irá se refletir em toda população ou aumentar ainda mais a concentração de renda.

A Tabela 22 mostra a variação do PIB *per capita* no estado 1998 e 2000. De acordo com esta tabela, a variação chegou a 18,08% entre 2002 e 2003.

Tabela 22- Variação Percentual PIB Per Capita Santa Catarina

Estado	Variação PIB per capita - Santa Catarina (%)					
	1998- 1999	1999- 2000	2000- 2001	2001- 2002	2002- 2003	2003- 2004
Santa Catarina	8,37	17,15	7,71	8,94	18,08	11,05

Fonte: Secretaria de Estado do Planejamento - SC: Elaboração da Autora

Nota-se que o PIB *per capita* atingiu variações bastante elevadas, embora não tenham sido constantes durante todos os anos analisados. O período entre 2000 e 2001 foi o que apresentou menor crescimento.

b) Microrregião de Blumenau

A média do PIB *per capita* da microrregião de Blumenau e dos municípios que a compõem estão apresentadas na Tabela 23.

Tabela 23 - PIB Per Capita Microrregião de Blumenau

(em R\$)

Município	PIB Per Capita - Blumenau						
	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Apiúna	5.546	5.798	7.656	9.975	10.408	12.471	15.107
Ascurra	5.563	4.561	6.150	5.264	6.525	6.950	7.277
Benedito Novo	4.208	4.498	4.969	5.313	6.352	8.592	10.553
Blumenau	10.007	10.680	11.937	11.976	11.627	12.473	14.040
Botuverá	4.172	4.064	5.741	6.033	6.864	8.843	10.476
Brusque	8.961	9.124	10.804	11.068	12.086	13.592	15.462
Doutor Pedrinho	4.215	4.097	4.585	4.833	5.064	6.501	6.923
Gaspar	9.270	8.357	9.280	9.776	10.041	12.538	12.473
Guabiruba	5.051	5.023	5.926	6.220	6.878	7.562	10.438
Indaial	7.669	7.626	9.792	10.688	11.421	13.343	15.733
Luiz Alves	6.055	6.745	9.301	10.622	11.411	13.854	15.520
Pomerode	7.943	8.281	11.422	12.281	12.863	14.194	16.980
Rio dos Cedros	5.306	6.460	7.176	7.174	8.814	9.663	10.769
Rodeio	7.425	6.831	7.453	6.848	6.007	6.266	8.244
Timbó	10.060	9.696	12.155	13.227	13.330	15.414	18.404
Média Microrregião Blumenau	6.763	6.789	8.290	8.753	9.313	10.817	12.560

Fonte: Secretaria de Estado do Planejamento - SC: Elaboração da Autora.

Em 1998 esta média foi de 6.763 reais, sendo que o PIB *per capita* variou entre 10.060 reais (Timbó) e 4.172 reais (Botuverá). Em 2000, a média deste indicador foi de 8.290 reais com uma variação de 12.155 reais (Timbó) e 4.585 reais (Doutor Pedrinho). A média do PIB *per capita* em 2002 foi de 9.313 reais e variou entre 13.330 reais (Timbó) e 5.064 (Doutor Pedrinho). Em 2004 a média ficou em torno de 12.560 reais e variou entre 18.404 reais (Timbó) e 6.923 reais (Doutor Pedrinho).

A variação no PIB *per capita* da microrregião de Blumenau é apresentada na Tabela 24, segundo a qual este indicador vem aumentando anualmente. A menor taxa de crescimento verificada foi a de 1998 a 1999 (0,39%) e a maior foi a de 1999 a 2000 (22,10%). Entre 2003 e 2004 a variação foi de 16,11%.

Tabela 24 - Variação Percentual PIB Per Capita Microrregião de Blumenau

Município	Variação PIB Per Capita – Blumenau (%)					
	1998 - 1999	1999 - 2000	2000 - 2001	2001 - 2002	2002 - 2003	2003 - 2004
Apiúna	4,53	32,06	30,30	4,33	19,82	21,14
Ascurra	-18,01	34,86	-14,40	23,94	6,52	4,71
Benedito Novo	6,89	10,47	6,92	19,56	35,26	22,83
Blumenau	6,72	11,76	0,33	-2,92	7,28	12,56
Botuverá	-2,59	41,26	5,08	13,77	28,83	18,47
Brusque	1,82	18,42	2,44	9,20	12,46	13,76
Doutor Pedrinho	-2,81	11,91	5,42	4,78	28,38	6,48
Gaspar	-9,85	11,05	5,34	2,71	24,87	-0,52
Guabiruba	-0,55	17,96	4,98	10,58	9,94	38,03
Indaial	-0,56	28,41	9,14	6,86	16,83	17,92
Luiz Alves	11,41	37,88	14,20	7,43	21,40	12,03
Pomerode	4,26	37,93	7,52	4,74	10,34	19,63
Rio dos Cedros	21,76	11,08	-0,02	22,86	9,63	11,45
Rodeio	-8,00	9,11	-8,11	-12,28	4,31	31,55
Timbó	-3,62	25,36	8,82	0,77	15,64	19,40
Média Microrregião de Blumenau	0,39	22,10	5,59	6,39	16,15	16,11

Fonte: Secretaria de Estado do Planejamento - SC: Elaboração da Autora.

O PIB *per capita* da microrregião de Blumenau apresentou crescimento ao longo dos anos analisados, e dentre os municípios que a compõe o que a apresentou maior PIB *per capita* foi o de Timbó. Os municípios com menor PIB *per capita* foram o de Botuverá (em 1998) e o de Doutor Pedrinho (de 1999 a 2000).

c) Microrregião de Itajaí

A média do PIB *per capita* desta microrregião, de acordo com a Tabela 25 é de 4.599 reais para 1998, 4.526 reais em 1999, de 4.620 reais em 2000, de 5.175 reais em 2001, de 5.951 reais em 2002, de 7.110 reais em 2003 e de 7.836 reais em 2004.

O PIB *per capita* dos municípios pertencentes a microrregião de Itajaí variaram entre 7.759 reais (Itapema) e 2.665 reais (Camboriú) em 1998; 8.385 reais (Itapema) e 2.546 reais (Camboriú) para 1999; 6.944 reais (Itajaí) e 2.679 reais (Camboriú) em 2000; 8.361 reais (São João do Itaperiu) e 2.779 reais (Camboriú) em 2001; 10.112 reais (Itajaí) e 2.974 reais (Camboriú) em 2002; 13.434 reais (Ilhota) e 3.292 reais (Camboriú) em 2003 e 13.223 reais (Itajaí) e 3.678 reais (Camboriú) em 2004

Tabela 25 - PIB Per Capita Microrregião de Itajaí
(em R\$)

Município	PIB Per Capita - Itajaí						
	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Balneário Camboriú	4.937	4.840	4.798	5.542	5.627	5.806	6.702
Barra Velha	3.518	3.321	3.770	4.129	4.981	7.583	9.572
Bombinhas	5.124	5.110	4.669	5.025	5.409	5.675	6.443
Camboriú	2.665	2.546	2.679	2.779	2.974	3.292	3.678
Ilhota	2.875	2.796	3.626	4.933	8.613	13.434	6.318
Itajaí	5.934	5.952	6.944	7.634	10.112	11.766	13.223
Itapema	7.759	8.385	5.018	5.230	5.468	5.634	6.137
Navegantes	4.334	4.021	4.554	4.874	5.054	5.374	5.948
Penha	2.950	2.825	3.300	3.458	3.561	3.642	4.088
Piçarras	5.066	4.060	4.770	4.982	5.579	6.655	7.294
Porto Belo	4.729	4.706	4.644	5.145	5.571	6.064	6.725
São João do Itaperiu	5.298	5.748	6.671	8.361	8.467	10.391	17.903
Média Microrregião de Itajaí	4.599	4.526	4.620	5.175	5.951	7.110	7.836

Fonte: Secretaria de Estado do Planejamento - SC: Elaboração da Autora.

A variação percentual do PIB *per capita* da microrregião de Itajaí no período analisado, apresentada na Tabela 26 foi de -1,59% entre 1998 e 1999, alcançou 19,46% entre 2002 e 2003 e entre 2003 e 2004 foi de 10,22%.

Tabela 26 - Variação Percentual PIB *Per Capita* Microrregião de Itajaí

Município	Variação PIB Per Capita – Itajaí (%)					
	1998 - 1999	1999 - 2000	2000 - 2001	2001 - 2002	2002 - 2003	2003 - 2004
Balneário Camboriú	-1,96	-0,87	15,49	1,54	3,19	15,43
Barra Velha	-5,62	13,52	9,54	20,62	52,24	26,24
Bombinhas	-0,27	-8,63	7,62	7,63	4,92	13,53
Camboriú	-4,45	5,23	3,73	7,02	10,66	11,74
Ilhota	-2,74	29,67	36,05	74,58	55,98	-52,97
Itajaí	0,29	16,67	9,94	32,46	16,36	12,38
Itapema	8,06	-40,15	4,22	4,55	3,03	8,94
Navegantes	-7,21	13,26	7,03	3,69	6,33	10,68
Penha	-4,24	16,80	4,81	2,98	2,25	12,27
Piçarras	-19,85	17,49	4,45	11,97	19,29	9,60
Porto Belo	-0,49	-1,31	10,78	8,29	8,84	10,90
São João do Itaperiú	8,50	16,06	25,33	1,26	22,73	72,30
Microrregião de Itajaí	-1,59	2,09	11,99	15,01	19,46	10,22

Fonte: Secretaria de Estado do Planejamento - SC: Elaboração da Autora.

d) Microrregião de Joaçaba

A média do PIB *per capita* desta microrregião, de acordo com a Tabela 27, é de 7.796 reais para 1998, 8.507 reais para 1999, de 10.257 reais para 2000, de 11.549 reais para 2001, de 12.711 reais para 2002, de 16.185 reais em 2003 e de 16.238 reais para 2004.

O PIB *per capita* dos municípios pertencentes a microrregião de Joaçaba variaram entre 16.163 reais (Capinzal) e 2.405 reais (Matos Costa) em 1998; 18.227 reais (Catanduvas) e 2.244 reais (Matos Costa) em 1999; 20.764 reais (Salto Veloso) e 2.649 reais (Matos Costa) em 2000; 29.948 reais (Salto Veloso) e 2.774 reais (Matos Costa) em 2001; 25.661 reais (Vargem Bonita) e 2.810 reais (Matos Costa) em 2002; 36.650 reais (Vargem Bonita) e 3.310 reais (Matos Costa) em 2003 e 39.297 reais (Vargem Bonita) e 4.319 reais (Matos Costa) em 2004.

Tabela 27 - PIB Per Capita Microrregião de Joaçaba
(em R\$)

Município	PIB Per Capita - Joaçaba						
	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Água Doce	6.521	7.381	8.264	10.575	11.901	15.686	16.057
Arroio Trinta	5.198	5.533	6.746	9.321	7.849	10.577	11.715
Caçador	5.730	6.141	7.632	8.867	9.552	11.592	12.727
Calmon	4.122	4.029	3.192	3.881	3.335	6.173	6.011
Capinzal	16.163	16.626	16.903	21.797	22.603	24.508	24.705
Catanduvás	15.116	18.227	20.377	21.039	23.973	29.819	29.413
Erval Velho	5.230	6.027	7.287	8.577	10.285	14.391	12.582
Fraiburgo	7.427	6.697	9.182	8.866	8.797	9.865	9.582
Herval d'Oeste	6.689	6.856	8.129	9.153	9.273	11.331	11.606
Ibiam	6.575	7.695	8.168	8.996	10.795	14.452	14.188
Ibicaré	5.671	6.083	7.869	8.928	10.592	14.070	11.235
Iomerê	8.616	9.463	12.232	14.740	14.739	20.751	19.416
Jaborá	6.841	7.795	9.429	12.011	15.020	17.254	20.096
Joaçaba	10.006	10.325	12.373	13.131	15.553	18.082	18.104
Lacerdópolis	6.049	9.243	11.804	13.757	16.685	21.434	17.249
Lebon Régis	3.616	3.597	4.432	4.624	4.582	5.842	5.223
Luzerna	4.573	5.054	6.036	6.404	8.316	10.467	10.700
Macieira	3.576	3.484	4.163	3.831	4.562	6.278	7.444
Matos Costa	2.405	2.244	2.649	2.774	2.810	3.310	4.319
Ouro	5.775	7.867	7.857	8.579	11.076	13.611	12.431
Pinheiro Preto	9.323	9.542	13.380	15.122	13.442	16.671	17.691
Rio das Antas	7.414	7.409	8.440	9.107	10.285	14.042	12.837
Salto Veloso	15.371	15.989	20.764	20.948	19.551	22.901	22.312
Tangará	7.064	7.630	9.199	9.817	11.137	16.346	16.781
Treze Tílias	9.851	11.829	18.051	20.407	22.163	28.774	32.218
Vargem Bonita	10.635	12.303	15.813	19.394	25.661	36.650	39.297
Videira	14.934	14.634	16.573	17.181	18.671	22.116	22.484
Média							
Microrregião de Joaçaba	7.796	8.507	10.257	11.549	12.711	16.185	16.238

Fonte: Secretaria de Estado do Planejamento - SC: Elaboração da Autora.

A variação no PIB *per capita* da microrregião de Joaçaba, de acordo com a Tabela 28, foi de 9,13% entre 1998 e 2003, de 20,57% entre 1999 e 2000, de 27,33% entre 2002 e 2003 e entre 2003 e 2004 foi de 0,33%.

Tabela 28 – Variação Percentual PIB *Per Capita* Microrregião de Joaçaba

Município	Variação PIB Per Capita – Joaçaba (%)					
	1998 – 1999	1999 – 2000	2000 – 2001	2001 – 2002	2002 – 2003	2003 – 2004
Água Doce	13,19	11,97	27,96	12,54	31,81	2,37
Arroio Trinta	6,44	21,92	38,17	-15,79	34,75	10,76
Caçador	7,17	24,27	16,19	7,72	21,36	9,80
Calmon	-2,25	-20,78	21,58	-14,06	85,08	-2,62
Capinzal	2,86	1,67	28,95	3,69	8,43	0,80
Catanduvas	20,58	11,79	3,25	13,95	24,39	-1,36
Erval Velho	15,25	20,90	17,71	19,91	39,92	-12,57
Fraiburgo	-9,82	37,10	-3,44	-0,78	12,15	-2,87
Herval d'Oeste	2,49	18,58	12,59	1,31	22,20	2,42
Ibiam	17,04	6,14	10,14	20,00	33,88	-1,83
Ibicaré	7,27	29,36	13,46	18,63	32,83	-20,15
Iomerê	9,83	29,26	20,50	-0,01	40,79	-6,44
Jaborá	13,95	20,96	27,38	25,05	14,88	16,47
Joaçaba	3,19	19,84	6,12	18,45	16,26	0,12
Lacerdópolis	52,80	27,71	16,54	21,28	28,47	-19,53
Lebon Régis	-0,55	23,23	4,34	-0,91	27,49	-10,59
Luzerna	10,52	19,44	6,09	29,85	25,87	2,23
Macieira	-2,59	19,50	-7,97	19,09	37,60	18,58
Matos Costa	-6,71	18,03	4,75	1,28	17,79	30,51
Ouro	36,21	-0,12	9,19	29,11	22,88	-8,67
Pinheiro Preto	2,36	40,22	13,01	-11,11	24,02	6,12
Rio das Antas	-0,06	13,92	7,90	12,94	36,53	-8,58
Salto Veloso	4,02	29,87	0,89	-6,67	17,13	-2,57
Tangará	8,01	20,56	6,72	13,44	46,78	2,66
Treze Tílias	20,07	52,60	13,05	8,61	29,83	11,97
Vargem Bonita	15,69	28,53	22,65	32,31	42,82	7,22
Videira	-2,01	13,25	3,67	8,67	18,45	1,66
Microrregião de Joaçaba	9,13	20,57	12,60	10,06	27,33	0,33

Fonte: Secretaria de Estado do Planejamento - SC: Elaboração da Autora.

A microrregião é a que apresenta melhor PIB *per capita* entre as microrregiões, mas é também a que apresenta maior desigualdade entre os municípios. A média do PIB *per capita* desta microrregião cresceu ao longo dos anos analisados, porém entre 2003 e 2004 cresceu apenas 0,33%.

Todas as microrregiões apresentaram crescimento no PIB *per capita*, porém é extremamente importante salientar que o PIB em termos *per capita* não leva em consideração a concentração da renda. É preciso saber se esse aumento se reflete em todos os níveis de renda, ou simplesmente está aumentando a concentração da renda.

4.4.3 PIB Segundo os Setores Econômicos de Santa Catarina e das Microrregiões (1998-2004)

A análise do PIB microrregional segundo os setores econômicos permite verificar o quanto cada setor da economia (agropecuária, indústria e serviços) contribui para o total do PIB microrregional. Esta seção apresenta a participação de cada um desses setores no estado de Santa Catarina e em cada uma das três microrregiões estudadas.

a) Santa Catarina

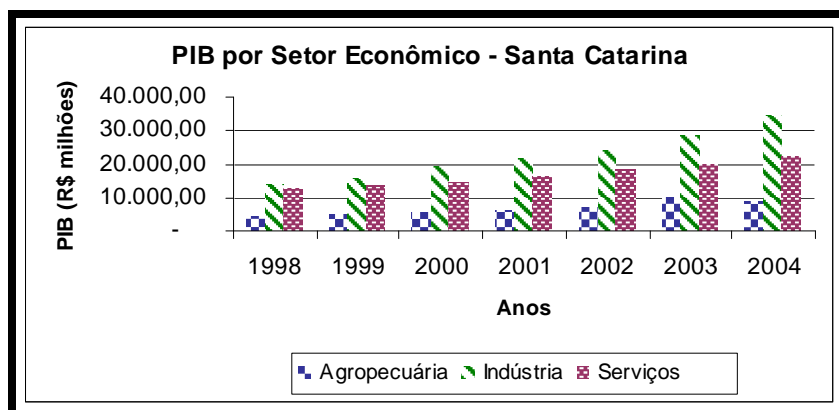
No estado de Santa Catarina os setores que mais contribuem para a composição do PIB são o da indústria e o de serviços, conforme Tabela 29. O setor de indústria apresentou uma participação de 45,39% e de 52,43% em 1998 e 2004 respectivamente, e o setor de serviços contribuiu com 41,76% em 1998 e com 33,97% em 2004. A participação da agropecuária foi mais modesta, 12,85% em 1998 e 13,61% em 2004.

Tabela 29 - PIB Segundo os Setores Econômicos Santa Catarina

Ano	PIB por Setor Econômico - Santa Catarina						Total
	Agropecuária R\$ milhões	%	Indústria R\$ milhões	%	Serviços R\$ milhões	%	
1998	3.932,89	12,85	13.893,33	45,39	12.779,90	41,76	30.606,12
1999	4.600,58	13,88	15.448,76	46,61	13.095,27	39,51	33.144,61
2000	5.404,53	13,77	19.081,98	48,63	14.750,77	37,59	39.237,28
2001	5.852,56	13,48	21.448,60	49,42	16.101,10	37,10	43.402,26
2002	7.001,12	14,27	23.806,25	48,53	18.244,34	37,19	49.051,71
2003	9.814,38	16,85	28.604,90	49,12	19.814,92	34,03	58.234,20
2004	8.937,66	13,61	34.439,63	52,43	22.311,93	33,97	65.689,21

Fonte: Secretaria de Estado do Planejamento - SC: Elaboração da Autora.

A evolução da participação dos setores econômicos, no Gráfico 6, mostra que a participação da indústria e do setor de serviços, mesmo crescendo, estão se distanciando uma da outra. Em média a participação dos setores industrial, de serviços e agropecuário crescerem ao logo dos anos analisados.

Gráfico 6- Evolução do PIB Segundo os Setores Econômicos Santa Catarina

Fonte: Secretaria de Estado do Planejamento - SC: Elaboração da Autora.

O estado de Santa Catarina tem como principais atividades econômicas, com base na composição do PIB por setor econômico, a indústria e o setor de serviços. A agropecuária também apresenta uma contribuição constante para o PIB estadual.

b) Microrregião de Blumenau

O setor que mais contribui para o PIB microrregional é o da Indústria, seguido pelo o de serviços e depois o setor agropecuário. A Tabela 30 mostra que o setor industrial corresponde a mais da metade do PIB microrregional desde 1998 (59,22%) até 2004 quando sua participação foi de 63,95%.

Tabela 30 - PIB Microrregião de Blumenau Segundo os Setores Econômicos

Ano	PIB por Setor Econômico - Blumenau						Total R\$ milhões
	Agropecuária R\$ milhões	%	Indústria R\$ milhões	%	Serviços R\$ milhões	%	
1998	95,13	2,22	2.540,43	59,22	1.654,40	38,56	4.289,96
1999	105,48	2,26	2.832,47	60,77	1.723,30	36,97	4.661,25
2000	114,33	2,08	3.421,37	62,16	1.968,41	35,76	5.504,11
2001	118,25	2,01	3.646,05	61,90	2.126,24	36,10	5.890,54
2002	139,20	2,22	3.709,40	59,09	2.428,46	38,69	6.277,06
2003	186,77	2,66	4.361,66	62,01	2.485,12	35,33	7.033,55
2004	172,75	2,12	5.210,24	63,95	2.764,00	33,93	8.146,99

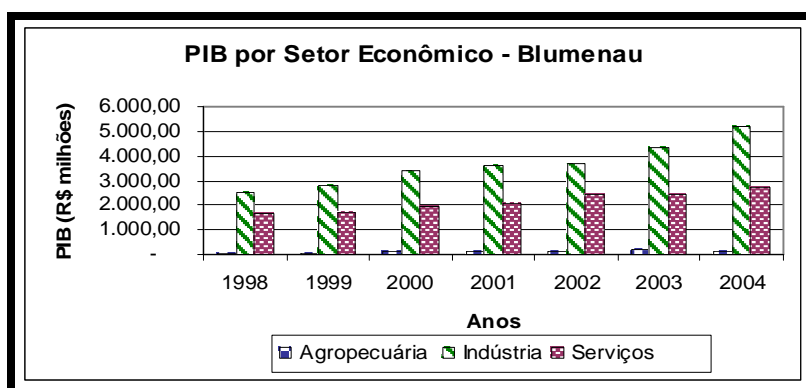
Fonte: Secretaria de Estado do Planejamento - SC: Elaboração da Autora.

O setor de serviços e de agropecuária corresponderam, respectivamente, a 38,56% e 2,22% em 1998 e em 2004 a 33,93% e 2,12%.

Desta forma, verifica-se que a microrregião de Blumenau é basicamente industrial e este setor vem aumentando sua participação no PIB microrregional ao longo do período analisado.

O Gráfico 7 mostra que o setor de serviços também vem aumentando sua participação enquanto que a agropecuária apresenta uma participação praticamente constante.

Gráfico 7 - Evolução do PIB por Setor Econômico Microrregião de Blumenau



Fonte: Secretaria de Estado do Planejamento - SC: Elaboração da Autora.

Diante dos dados apresentados, verifica-se que a principal atividade econômica da microrregião de Blumenau é a indústria, sendo este o setor que mais cresce em média e que mais aumenta sua participação no PIB microrregional. O setor de serviços também é importante, mas não tão significativo. A agropecuária, por sua vez, no período analisado nunca alcançou uma participação de 3% do PIB microrregional.

c) Microrregião de Itajaí

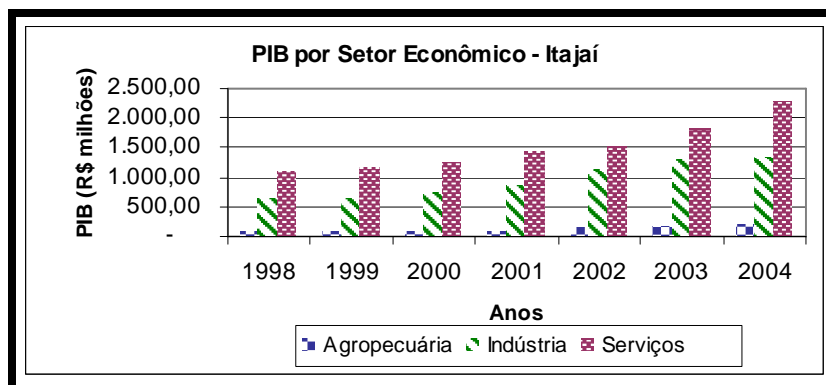
Sua principal atividade econômica, medida pela participação no PIB microrregional, é a do setor de serviços que de 1998 a 2004 apresenta uma participação superior a 50%. Os serviços, como pode ser observado na Tabela 31, responderam por 61,51% em 1998 e em 2004 por 60,13%, a indústria respondeu por 35,45% do PIB microrregional em 1998 e por 35,06% em 2004. Assim como a microrregião de Blumenau, a participação da agropecuária no PIB da Microrregião de Itajaí foi a menor, e variou entre 3,03% em 1998 e 5,54% em 2004.

Tabela 31 - PIB Segundo os Setores Econômicos Microrregião de Itajaí

Ano	PIB por Setor Econômico - Itajaí						Total
	Agropecuária R\$ milhões	%	Indústria R\$ milhões	%	Serviços R\$ milhões	%	
1998	53,22	3,03	622,20	35,45	1.079,60	61,51	1.755,02
1999	62,20	3,38	627,75	34,14	1.148,96	62,48	1.838,91
2000	66,02	3,22	727,42	35,47	1.257,51	61,31	2.050,95
2001	74,31	3,17	856,89	36,51	1.415,84	60,32	2.347,04
2002	120,53	4,34	1.129,60	40,69	1.525,95	54,97	2.776,08
2003	180,24	5,54	1.275,69	39,23	1.795,52	55,22	3.251,45
2004	182,07	4,80	1.328,83	35,06	2.278,81	60,13	3.789,71

Fonte: Secretaria de Estado do Planejamento - SC: Elaboração da Autora.

A evolução da participação setorial no PIB da microrregião de Itajaí está no Gráfico 8 para o período de 1998 a 2004. É possível verificar que em média a participação dos setores aumentou ao longo do período observado, e que a participação do setor de serviços é a maior para todo o período.

Gráfico 8 – Evolução do PIB Segundo os Setores Econômicos Microrregião de Itajaí

Fonte: Secretaria de Estado do Planejamento - SC: Elaboração da Autora.

A análise do PIB setorial da microrregião de Itajaí permite afirmar que sua principal atividade econômica é a do setor de serviços, que contribui com a maior parte para o PIB microrregional. Os demais setores, mesmo apresentando crescimento ao longo do período

observado não alcançaram o setor de serviços, no entanto o setor industrial apresentou uma participação mais significativa do que a agropecuária.

d) Microrregião de Joaçaba

O PIB microrregional segundo os setores econômicos para esta microrregião apresenta as características apresentadas na Tabela 32.

Tabela 32 - PIB Segundo os Setores Econômicos Microrregião de Joaçaba

Ano	PIB por Setor Econômico - Joaçaba						Total
	Agropecuária R\$ milhões	%	Indústria R\$ milhões	%	Serviços R\$ milhões	%	
1998	552,54	22,60	1.182,64	48,37	709,63	29,03	2.444,81
1999	630,48	23,45	1.334,22	49,62	724,02	26,93	2.688,72
2000	759,43	23,78	1.607,05	50,32	826,99	25,90	3.193,47
2001	852,33	23,62	1.865,61	51,70	890,54	24,68	3.608,48
2002	959,06	23,49	2.109,51	51,66	1.014,70	24,85	4.083,27
2003	1.328,93	26,52	2.569,50	51,29	1.111,73	22,19	5.010,16
2004	1.196,02	23,03	2.791,88	53,77	1.204,70	23,20	5.192,60

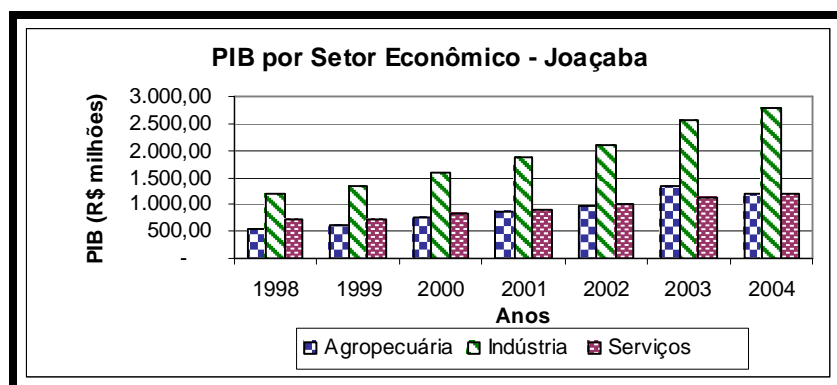
Fonte: Secretaria de Estado do Planejamento - SC: Elaboração da Autora.

De acordo com a Tabela 32, o PIB da microrregião de Joaçaba recebe maior contribuição do setor industrial. A variação da participação deste setor não é muito grande, situando-se entre 48,37% em 1998 e 53,77% em 2004.

Os setores de serviços e de agropecuária apresentaram participação semelhante entre 1998 e 2004. Enquanto o setor de serviços contribuiu com 29,03% em 1998 o setor de agropecuária contribuiu com 22,60%. Este comportamento permaneceu durante os anos seguintes e em 2004 foi de 23,03% para o setor de agropecuária e de 23,20% para o setor de serviços.

O comportamento desses setores com relação ao PIB da microrregião de Joaçaba pode ser observado no Gráfico 9. Os setores econômicos apresentaram crescimento durante todo o período.

Gráfico 9 - Evolução do PIB Segundo os Setores Econômicos Microrregião de Joaçaba



Fonte: Secretaria de Estado do Planejamento - SC: Elaboração da Autora.

Ao contrário das microrregiões de Blumenau e de Itajaí, a microrregião de Joaçaba apresenta uma participação significativa do setor agropecuário, bastante próxima a participação do setor de serviços. Mesmo assim, o setor que mais contribui para o PIB desta microrregião é a indústria.

4.5 ASPECTOS SOCIAIS

Esta seção compreende os indicadores qualitativos do processo de desenvolvimento. São esses indicadores, associados aos aspectos populacionais e econômicos, que irão auxiliar na análise do desenvolvimento sócio-econômico e na comparação do grau de desenvolvimento entre as regiões.

A primeira subseção apresenta questões relacionadas à desigualdade da renda, medida pelo índice de Gini. E a segunda subseção compara o Índice de Desenvolvimento (IDH) para o estado de Santa Catarina e para as microrregiões estudadas.

4.5.1 Medidas de Desigualdade

Esta seção mede a desigualdade com base no índice de Gini para o ano de 1991 e 2000. O índice de Gini é uma medida de desigualdade bastante utilizada para medir a desigualdade da renda. Ele varia de 0 a 1, sendo que quanto mais próximo de 1 maior a desigualdade da renda e quanto mais próximo de 0, menor a desigualdade.

a) Santa Catarina

Analisando-se o índice de Gini do estado de Santa Catarina para os anos de 1991 e 2000 permite observar que a maior parte da população, 50,10% para o ano de 1991 e 62,50% para o ano de 2000 estava concentrada em áreas com índice de Gini em torno de 0,50 e 0,60.

Além disso, verifica-se que o número de pessoas concentradas em áreas onde o índice de Gini varia entre 0,30 e 0,40, ou seja, no patamar mais do estado, diminui de 35.5280 pessoas para apenas 9.071 pessoas.

Por outro lado, o número de pessoas aumentou em áreas onde este índice alcança patamares mais elevados. Entre 0,70 e 0,80, o número de pessoas passou de 5.379 pessoas para 16.440 pessoas.

Tabela 33- Índice de Gini Santa Catarina

Índice de Gini	1991				2000			
	Municípios		População		Municípios		População	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
0,30 a 0,40	3	1,00%	35.280	0,80%	1	0,30%	9.071	0,20%
0,40 a 0,50	113	38,60%	2.165.100	47,70%	89	30,40%	1.502.616	28,10%
0,50 a 0,60	169	57,70%	2.274.439	50,10%	171	58,40%	3.346.354	62,50%
0,60 a 0,70	7	2,40%	61.838	1,40%	31	10,60%	481.879	9,00%
0,70 a 0,80	1	0,30%	5.379	0,10%	1	0,30%	16.440	0,30%
Total	293	100,00%	4.542.036	100,00%	293	100,00%	5.356.360	100,00%

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, PNUD.

Neste contexto, pode-se afirmar que a desigualdade no estado está aumentando em relação a renda e o número de pessoas que convive com maiores índices de Gini está aumentando.

Os aumentos verificados na PIB *per capita*, de acordo com esses dados, não se refletiram para toda a população e como resultado a concentração de renda aumentou no estado de Santa Catarina.

b) Microrregião de Blumenau

Verifica-se que a desigualdade de renda está atingindo um número cada vez maior de pessoas na microrregião de Blumenau, como mostra a Tabela 34.

Tabela 34 - Índice de Gini Microrregião de Blumenau

Índice de Gini	1991				2000			
	Municípios		População		Municípios		População	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
0,35 a 0,38	1	6,70%	9.905	2,20%	0	0,00%	0	0,00%
0,38 a 0,40	0	0,00%	0	0,00%	1	6,70%	9.071	1,70%
0,40 a 0,43	10	66,70%	198.471	44,90%	3	20,00%	27.112	5,00%
0,43 a 0,45	1	6,70%	8.319	1,90%	4	26,70%	132.488	24,20%
0,45 ou maior	3	20,00%	225.572	51,00%	7	46,70%	378.920	69,20%
Total	15	100,00%	442.267	100,00%	15	100,00%	547.591	100,00%

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, PNUD.

Em 1991, o índice de Gini variou entre 0,36 para o município de Guabiruba e 0,48 para o município de Luiz Alves. É possível verificar que dos 15 municípios que compõem a microrregião de Blumenau a maior parte (66,70%) apresentou índice de Gini entre 0,40 e 0,43, ou seja, 10 municípios.

Em termos populacionais, cerca de 50% da população da microrregião se encontrava em áreas com índice de Gini igual a 0,45 ou maior.

Em 2000, a variação do índice de Gini foi de 0,39 para o município de Benedito Novo e de 0,61 para o município de Luiz Alves. Neste ano, 7 (46,70%) municípios apresentaram índice igual a 0,45 ou maior, diferente do que ocorreu em 1991.

Quanto a população, a maioria (69,20%) se concentrou em áreas com índice de Gini igual a 0,45 ou superior.

Pode-se afirmar que do ano de 1991 para o ano 2000, houve uma piora com relação a concentração da renda na microrregião de Blumenau. Houve um aumento no número de pessoas vivendo em áreas com índice de Gini mais elevado e uma redução no número das que se encontravam na menor faixa deste índice.

c) Microrregião de Itajaí

O comportamento da desigualdade da renda entre os municípios da microrregião de Itajaí é apresentado na Tabela 32.

Tabela 35 - Índice de Gini Microrregião de Itajaí

Índice de Gini	1991				2000			
	Municípios		População		Municípios		População	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
0,43 a 0,45	3	25,00%	34.928	12,60%	1	8,30%	10.574	2,60%
0,45 a 0,48	4	33,30%	159.731	57,70%	2	16,70%	59.123	14,60%
0,48 a 0,50	1	8,30%	6.443	2,30%	1	8,30%	39.317	9,70%
0,50 a 0,53	2	16,70%	25.284	9,10%	0	0,00%	0	0,00%
0,53 a 0,55	2	16,70%	50.610	18,30%	8	66,70%	295.840	73,10%
Total	12	100,00%	276.996	100,00%	12	100,00%	404.854	100,00%

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, PNUD.

Em 1991, o índice de Gini, para esta microrregião, variou entre 0,41 para o município Ilhota e 0,55 para o município de Balneário Camboriú. Dentre os 15 municípios que compõem a microrregião de Itajaí, cerca de 33% (4 municípios) tiveram o valor entre 0,45 e 0,48, e 25% (3 municípios) entre 0,43 e 0,45.

Em termos populacionais, cerca de 58% da população da microrregião se encontrava em áreas com índice de Gini entre 0,45 e 0,48.

Em 2000, a variação do índice de Gini foi de 0,44 também para o município de Ilhota e de 0,68 para o município de Itapema. Neste ano, a maior parte dos municípios, cerca de 67% (8 municípios) se concentrou entre 0,53 e 0,55. Quanto a população, a maioria (73,10%) se concentrou nessa mesma área.

Assim como a microrregião de Blumenau, pode-se afirmar que do ano de 1991 para o ano 2000, houve um aumento na concentração da renda na microrregião de Itajaí, porém em os níveis do índice de Gini são mais elevados para esta microrregião do que para a outra. Houve um aumento no número de pessoas vivendo em áreas com índice de Gini mais elevado e uma redução no número das que se encontravam na menor faixa deste índice.

d) Microrregião de Joaçaba

A Tabela 33 mostra os valores do índice de Gini e sua distribuição entre os municípios da microrregião de Joaçaba.

Tabela 36 - Índice de Gini Microrregião de Joaçaba

Índice de Gini	1991				2000			
	Municípios		População		Municípios		População	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
0,45 a 0,50	7	25,90%	36.721	13,80%	5	18,50%	20.129	6,60%
0,50 a 0,55	13	48,10%	171.881	64,80%	12	44,40%	179.213	58,90%
0,55 a 0,60	7	25,90%	56.637	21,40%	9	33,30%	102.801	33,80%
0,60 a 0,65	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
0,65 a 0,70	0	0,00%	0	0,00%	1	3,70%	1.900	0,60%
Total	27	100,00%	265.239	100,00%	27	100,00%	304.043	100,00%

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, PNUD.

A tabela mostra que, em 1991, o índice de Gini, para esta microrregião, oscilou entre 0,47 e 0,60. Dentre os 27 municípios que compõem a microrregião Joaçaba, cerca de 48% (13 municípios) tiveram o valor entre 0,50 e 0,55.

Em termos populacionais, cerca de 65% da população da microrregião se encontrava em áreas com índice de Gini entre 0,50 e 0,55.

Em 2000, a variação do índice de Gini foi de 0,47 e 0,65. Neste ano, cerca de 44% dos municípios se concentrou entre 0,50 e 0,55, mesma área na qual se concentrou a maioria (58,90%) da população microrregional.

Nesta microrregião verificou-se um aumento na desigualdade da renda, mesmo que um maior número de municípios tenham continuado no mesmo nível do índice de Gini (entre 0,50 e 0,55) nos anos de 1991 e 2000, houve um aumento no número de municípios no nível entre 0,55 e 0,60 e entre 0,65 e 0,70.

Dentre as três microrregiões a que apresenta os menores níveis de concentração de renda medida pelo índice de Gini para o ano de 2000 é a de Blumenau, onde a maior parte da população está concentrada em áreas com índice de Gini entre 0,45 e ou maior (um município chegou a um índice de 0,61).

A microrregião de Itajaí apresenta um percentual maior de habitantes, em 2000, em áreas em que o índice de Gini varia entre 0,53 e 0,55, 73,10% da população. E a microrregião de Joaçaba 58,90% dos habitantes vivem em áreas onde o índice varia entre 0,50 e 0,55.

4.5.2 Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

Nesta seção são apresentados o Índice de Desenvolvimento Humano dos municípios de cada microrregião estuda. Este indicador varia entre 0 e 1, quanto mais próximo de 1, melhor o desenvolvimento social e quanto mais próximo de 0 pior é o desenvolvimento social.

a) Microrregião de Blumenau

A evolução do IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) e o nível de cada município no contexto microrregional é apresentado na Tabela 37. Tal tabela permite verificar que dentre os municípios desta microrregião o que apresentou melhor IDH no ano de 1991 foi o de Blumenau (0,813) e o pior foi o de Apiúna (0,691). A média microrregional neste mesmo período foi de 0,751.

Tabela 37 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Microrregião de Blumenau (1991 e 2000)

Município	IDHM 1991	IDHM 2000	IDHM-Renda 1991	IDHM-Renda 2000	IDHM-Longevidade 1991	IDHM-Longevidade 2000	IDHM-Educação 1991	IDHM-Educação 2000
Apiúna	0,691	0,768	0,621	0,69	0,712	0,782	0,74	0,831
Ascurra	0,73	0,813	0,661	0,72	0,735	0,824	0,793	0,894
Benedito Novo	0,745	0,802	0,646	0,696	0,795	0,829	0,794	0,882
Blumenau	0,813	0,855	0,762	0,797	0,81	0,824	0,867	0,945
Botuverá	0,728	0,795	0,64	0,695	0,795	0,824	0,75	0,866
Brusque	0,775	0,842	0,733	0,78	0,758	0,833	0,835	0,912
Doutor Pedrinho	0,734	0,802	0,645	0,72	0,75	0,806	0,808	0,879
Gaspar	0,769	0,832	0,717	0,757	0,747	0,829	0,843	0,91
Guabiruba	0,758	0,829	0,673	0,741	0,81	0,85	0,792	0,897
Indaial	0,757	0,825	0,697	0,747	0,747	0,806	0,826	0,921
Luiz Alves	0,742	0,84	0,675	0,813	0,753	0,824	0,797	0,884
Pomerode	0,765	0,849	0,688	0,768	0,762	0,827	0,846	0,952
Rio dos Cedros	0,738	0,817	0,637	0,709	0,764	0,845	0,814	0,896
Rodeio	0,752	0,81	0,672	0,727	0,772	0,801	0,813	0,903
Timbó	0,772	0,843	0,712	0,771	0,762	0,806	0,843	0,953
Média Microrregião Blumenau	0,751	0,821	0,679	0,742	0,765	0,821	0,811	0,902

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, PNUD.

Em 2000, a média do IDHM para a microrregião de Blumenau aumentou para 0,821 e foi puxada, principalmente, pela melhoria do IDH – Educação, que passou de 0,811 para 0,902. Neste ano o município que apresentou melhor IDHM continuou sendo o de Blumenau (0,855) e o de pior IDH foi o de Apiúna (0,768).

Em geral o IDHM aumentou durante o período considerado, mesmo para o município com pior nível. Isto indica que o desenvolvimento social nesta microrregião está melhorando a longo do tempo para todos os sub-índices que compõem o IDH municipal.

b) Microrregião de Itajaí

O comportamento do IDHM na microrregião de Itajaí apresentou melhora durante os anos analisados. A Tabela 38 mostra que o IDHM passou de uma média de 0,727 em 1991 para 0,803 em 2000.

O município com melhor nível de IDHM em 1991 foi o de Balneário Camboriú (0,797) e com o pior foram os municípios de Barra Velha e de Camboriú, ambos com 0,705.

Em 2000, o IDHM aumentou para todos os municípios da microrregião, sendo o município que apresentou o melhor valor foi o de Balneário Camboriú (0,867) e o com pior valor foi o de Camboriú (0,764).

Assim como a microrregião de Blumenau, a microrregião de Itajaí apresentou melhoras no IDHM devido principalmente à evolução do IDH – Educação. No entanto seu IDHM permaneceu inferior ao IDHM da microrregião de Blumenau.

Tabela 38 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Microrregião de Itajaí (1991 e 2000)

Município	IDHM, 1991	IDHM, 2000	IDHM-Renda, 1991	IDHM-Renda, 2000	IDHM-Longevidade, 1991	IDHM-Longevidade, 2000	IDHM-Educação, 1991	IDHM-Educação, 2000
Balneário Camboriú	0,797	0,867	0,782	0,859	0,751	0,803	0,857	0,940
Barra Velha	0,705	0,792	0,635	0,709	0,697	0,791	0,783	0,876
Bombinhas	0,733	0,809	0,635	0,731	0,775	0,808	0,788	0,889
Camboriú	0,705	0,764	0,662	0,686	0,697	0,765	0,756	0,841
Ilhota	0,736	0,795	0,639	0,696	0,785	0,816	0,784	0,873
Itajaí	0,755	0,825	0,712	0,767	0,707	0,803	0,845	0,906
Itapema	0,725	0,835	0,681	0,806	0,696	0,794	0,797	0,906
Navegantes	0,718	0,774	0,655	0,685	0,699	0,774	0,800	0,862
Penha	0,716	0,791	0,669	0,703	0,726	0,808	0,754	0,861
Piçarras	0,709	0,799	0,650	0,737	0,677	0,774	0,800	0,887
Porto Belo	0,716	0,803	0,658	0,734	0,725	0,816	0,766	0,859
São João do Itaperiú	0,710	0,787	0,608	0,694	0,787	0,808	0,735	0,859
Média Microrregião Itajaí	0,727	0,803	0,666	0,734	0,727	0,797	0,789	0,880

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, PNUD.

O importante é que estão ocorrendo melhorias no nível de desenvolvimento social, fator importante para atestar se há ou não qualidade no processo de desenvolvimento.

c) Microrregião de Joaçaba

De acordo com a Tabela 39, a média do IDHM para a microrregião de Joaçaba teve um aumento de 0,720 em 1991 para 0,803 em 2000, bastante próxima a da microrregião de Itajaí.

Dentre os 27 municípios, o com melhor IDHM foi o de Joaçaba, 0,816 em 1991 e 0,866 em 2000. O município com pior IDHM foi o de Calmon, 0,634 em 1991 e 0,700 em 2000.

O IDHM teve melhoras em todos os seus sub-índices durante o período estudado, com destaque para o IDH-Educação.

Tabela 39 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Microrregião de Joaçaba (1991 e 2000)

Município	IDHM, 1991	IDHM, 2000	IDHM-Renda, 1991	IDHM-Renda, 2000	IDHM-Longevidade, 1991	IDHM-Longevidade, 2000	IDHM-Educação, 1991	IDHM-Educação, 2000
Água Doce	0,718	0,809	0,603	0,709	0,777	0,832	0,773	0,886
Arroio Trinta	0,715	0,798	0,622	0,691	0,764	0,813	0,758	0,891
Caçador	0,720	0,793	0,660	0,711	0,707	0,786	0,792	0,882
Calmon	0,634	0,700	0,555	0,565	0,683	0,744	0,663	0,790
Capinzal	0,725	0,813	0,633	0,703	0,764	0,812	0,777	0,925
Catanduvras	0,720	0,790	0,654	0,708	0,723	0,777	0,784	0,884
Erval Velho	0,712	0,794	0,608	0,688	0,764	0,818	0,765	0,876
Fraiburgo	0,710	0,779	0,657	0,694	0,707	0,744	0,767	0,900
Ibiam	0,697	0,809	0,581	0,691	0,788	0,854	0,722	0,881
Ibicaré	0,718	0,804	0,613	0,696	0,764	0,818	0,778	0,899
Iomerê	0,769	0,849	0,694	0,750	0,814	0,856	0,800	0,941
Jaborá	0,709	0,794	0,595	0,692	0,788	0,818	0,743	0,871
Joaçaba	0,816	0,866	0,752	0,793	0,814	0,856	0,881	0,949
Lacerdópolis	0,734	0,854	0,649	0,796	0,760	0,856	0,792	0,909
Lebon Régis	0,645	0,735	0,574	0,613	0,691	0,782	0,670	0,809
Luzerna	0,764	0,855	0,639	0,742	0,814	0,879	0,840	0,943
Macieira	0,640	0,772	0,523	0,697	0,691	0,783	0,705	0,835
Matos Costa	0,692	0,746	0,568	0,617	0,750	0,793	0,758	0,827
Ouro	0,746	0,828	0,670	0,750	0,761	0,812	0,806	0,923
Pinheiro Preto	0,771	0,818	0,688	0,697	0,788	0,818	0,838	0,940
Rio das Antas	0,730	0,803	0,615	0,684	0,796	0,837	0,780	0,888
Salto Veloso	0,702	0,796	0,596	0,722	0,723	0,777	0,786	0,889
Tangará	0,723	0,812	0,650	0,714	0,758	0,818	0,762	0,903
Treze Tílias	0,730	0,813	0,654	0,727	0,723	0,813	0,812	0,899
Vargem Bonita	0,697	0,791	0,593	0,667	0,750	0,797	0,749	0,908
Videira	0,774	0,851	0,696	0,742	0,793	0,867	0,834	0,945
Média Joaçaba	0,720	0,803	0,629	0,702	0,756	0,814	0,774	0,892

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, PNUD.

Como nas demais microrregiões estudadas, houve melhoria no desenvolvimento social da microrregião de Joaçaba. Comparando-se as três microrregiões é possível verificar que o desenvolvimento social ocorreu de forma semelhante, com o IDHM ficando em torno de 0,8.

Também é semelhante o grau de desenvolvimento na educação, que ficou em 2000, em torno de 0,88 e 0,90.

4.6 UMA ANÁLISE COMPARATIVA

Comparando-se as microrregiões de Blumenau, de Itajaí e de Joaçaba levando em consideração os indicadores utilizados neste trabalho, conclui-se que todas estão apresentando melhorias parciais quanto à qualidade do desenvolvimento econômico, mesmo com algumas limitações.

De acordo com as teorias utilizadas neste estudo, sabe-se que o processo de desenvolvimento está ligado as características de cada região. O desenvolvimento pode ser verificado através do aumento da atividade industrial em comparação com a atividade agrícola, aumento da migração da mão-de-obra do campo para a cidade, dentre outros.

No que diz respeito à população, está ocorrendo um processo de urbanização, acompanhando o comportamento estadual. A proporção da população catarinense vivendo na área urbana é elevada, 78,75% em 2000. Dentre as microrregiões a de Itajaí é a que apresenta maior população urbana, 94,36% em 2000, contra 86,30% para a microrregião de Blumenau e 73,80% para a microrregião de Joaçaba.

O crescimento populacional em nível superior nas microrregiões de Blumenau e Itajaí do que na microrregião de Joaçaba, indica uma possível litoralização da população catarinense. Porém tal conclusão precisa ser mais amplamente estudada.

Quando se analisa os aspectos populacionais com base na PEA, verifica-se um comportamento semelhante, haja vista que a maior parte, para o estado e para as microrregiões, concentra-se na área urbana. O aumento verificado na PEA indica aumento na oferta de mão-de-obra nas microrregiões. No entanto é também na área urbana que ocorre a maior taxa de desemprego.

No geral a taxa de desemprego aumentou ao longo dos anos analisados. Dentre as microrregiões a com maior taxa de desemprego para 2000 foi a de Itajaí, 13,27%, superior a taxa de desemprego estadual, que para o mesmo período foi de 10,28%. As microrregiões de Blumenau e Joaçaba apresentaram taxas de desemprego inferior a estadual, 8,20% e 9,15% respectivamente.

Com relação aos aspectos econômicos, a microrregião com maior participação no PIB estadual é a de Blumenau, que em 2004 foi de 12,15%. Joaçaba é a segunda maior dentre as microrregiões, em participação no PIB (7,45%) e Itajaí a última, com uma participação de 5,76%.

A estrutura econômica dessas três microrregiões, com base na participação do PIB setorial no PIB microrregional, é distinta. A microrregião de Blumenau é principalmente industrial, e no ano de 2004 cerca de 64% do PIB é proveniente desta atividade. O setor de serviços respondeu por cerca de 34% do PIB microrregional no mesmo período. A agropecuária é o setor que menos contribui para o PIB, ficando em torno de 2%.

Já a microrregião de Itajaí concentra sua atividade econômica no setor de serviços, que em 2004 respondeu por aproximadamente 60% do PIB microrregional. A indústria fica em segundo lugar na participação com aproximadamente 35%. O setor que menos contribui é o agropecuário, com 5%.

A microrregião de Joaçaba é, dentre as três, a que apresenta maior participação do setor agropecuário que é semelhante a participação do setor de serviços, ambos ficaram em torno de 20% e 30% ao longo do período analisado. Mas é o setor industrial que apresenta maior participação no PIB, entre 40% e 50% do total do PIB microrregional é proveniente deste setor.

Os setores com maior nível de empregados em cada microrregião estão relacionados aos setores que apresentam maior representatividade quanto ao PIB microrregional.

Quanto aos aspectos qualitativos do desenvolvimento, verificou-se que a desigualdade de renda aumentou para o estado de Santa Catarina e para todas as microrregiões.

No estado a população está concentrada em áreas onde o índice de Gini varia entre 0,50 e 0,60. No entanto de 1991 para 2000 houve aumento na concentração de renda com deslocamento da população para áreas onde este índice se encontra em níveis mais elevados.

As microrregiões com melhores índices de Gini são, nesta ordem, a de Blumenau, a de Joaçaba e a de Itajaí.

Com relação a concentração da renda no ano de 2000, a microrregião de Blumenau tinha 46,70% dos seus municípios com um índice de Gini entre 0,45 e 0,61, a microrregião de Joaçaba 44,40% dos municípios estavam na faixa entre 0,50 e 0,55 e outros 33,30 % na faixa

entre 0,55 e 0,60. A microrregião de Itajaí por sua vez, possuía 66,70% dos municípios entre 0,53 e 0,55, com o município de Itapema atingindo um nível 0,68.

Os indicadores sociais considerados no IDHM apresentaram melhorias para todas as microrregiões e o nível deste indicador é bastante próximo entre as microrregiões. No ano de 2000 a microrregião de Blumenau apresentou um IDHM médio de 0,821 e as microrregiões de Itajaí e Joaçaba 0,803.

O aumento verificado no IDHM de todas as microrregiões foi proporcionado principalmente pelas melhorias na educação. Os outros sub-ítems do IDHM também melhoraram durante os anos analisados e contribuíram para melhores resultados de qualidade de vida.

As microrregiões estão se industrializando cada vez mais, o que é um indicador de desenvolvimento. A microrregião de Blumenau apresenta neste setor os melhores resultados, resultados estes que estão se refletindo nos demais indicadores de desenvolvimento desta microrregião. De acordo com a teoria do “Desenvolvimento Endógeno” pode-se afirmar que o modo como a economia desta microrregião está organizada auxilia no seu processo de desenvolvimento.

A microrregião de Itajaí, por sua vez, está concentrada principalmente no setor de serviços destacando-se as atividades relacionadas ao porto de Itajaí e ao turismo.

A microrregião de Joaçaba apresenta um setor industrial em ascensão ligado especialmente à agroindústria. No entanto nesta microrregião o setor agropecuário é bastante significativo em relação as demais microrregiões estudadas.

Com base nos valores desta pesquisa e considerando-se constante a inflação do período, os resultados podem indicar que está ocorrendo crescimento econômico, mas não se refletindo nas mesmas proporções nos fatores qualitativos do desenvolvimento. Existem problemas relacionados à taxa de desemprego e a concentração da renda, e esse crescimento não elevou significativamente os indicadores sociais. No entanto considerando-se, o IDHM, não comprometeu acentuadamente a qualidade de vida das pessoas.

CAPÍTULO 5 – CONCLUSÕES E SUGESTÕES

Toda esta pesquisa foi realizada com base nas teorias da “Qualidade do Crescimento” e do “Desenvolvimento Endógeno”. Foi a partir delas que se selecionou os indicadores populacionais, econômicos e sociais para que a comparação do desenvolvimento microrregional pudesse ser realizada.

A teoria da “Qualidade do Crescimento” parte do princípio de que o crescimento econômico medido apenas pelo crescimento do PIB não explica o desenvolvimento sócio-econômico nem mesmo a qualidade do crescimento. Para esta teoria o crescimento econômico deve ser acompanhado de melhorias na qualidade de vida medidas pelo IDHM, no caso deste trabalho.

Desta forma, os dados utilizados apontam para o crescimento da população em todas das microrregiões e o deslocamento desta população para a área urbana da mesma forma que foi verificada no estado. Como foi apresentado, a microrregião com maior número de habitantes na área urbana é a de Itajaí, seguida pela de Blumenau e pela de Joaçaba.

A PEA das microrregiões apresentou um comportamento semelhante ao da população total, concentrando-se na área urbana, onde a taxa de desemprego também foi a mais elevada. As maiores taxas de desemprego foram verificadas no ano de 2000, sendo que, neste ano, a microrregião com maior taxa de desemprego geral a de Itajaí, seguida pela de Joaçaba e pela de Blumenau.

Com relação à participação no PIB estadual, o quadro se inverte, a microrregião com maior participação é a de Blumenau, depois a de Joaçaba e por último a de Itajaí. É também, a partir dos dados relacionados ao PIB, desta vez do PIB segundo os setores econômicos, que se pode verificar os setores mais representativos em cada microrregião. Os resultados obtidos foram que as microrregiões de Blumenau e de Joaçaba têm no setor industrial o mais representativo da economia, sendo esses os que concentram o maior número de empregados. A diferença entre estas duas microrregiões é que o setor agropecuário da microrregião de Blumenau é pouco representativo, inferior a 3% do PIB desta microrregião para os anos analisados. Já a microrregião de Joaçaba, tem um setor agropecuário bastante significativo e que é bem próximo a participação do setor de serviços, variando entre 20% e 30%.

Na microrregião de Itajaí o setor de serviços é o mais representativo, seguido pela indústria. No entanto, nesta microrregião o setor agropecuário contribui mais para o PIB microrregional do que no caso da microrregião de Blumenau.

De acordo com a teoria do “Desenvolvimento Endógeno”, o papel das indústrias locais é extremamente importante para o processo de desenvolvimento e, com base nesta teoria e nos valores considerados nesta pesquisa, pode-se afirmar que a microrregião de Blumenau apresenta um melhor nível de desenvolvimento do que a de Joaçaba e a de Itajaí. A microrregião de Itajaí, pelo contrário, é a que se encontra em pior situação se esta for a base de comparação. Mas um fator limitativo desta análise é o fato de que a teoria do “Desenvolvimento Endógeno” considera importantes as indústrias de pequeno e grande porte e o fato de elas cooperarem entre si, o que torna necessário a análise, talvez numa outra pesquisa, do porte das indústrias em cada microrregião e como as empresas se relacionam umas com as outras.

Se com base na teoria do “Desenvolvimento Endógeno”, esta foi a conclusão, a teoria da “Qualidade do Crescimento” leva a uma conclusão semelhante. Importante salientar que essas teorias indicam a utilização de mais indicadores do que os utilizados neste trabalho e, desta forma, estas são conclusões parciais relacionadas ao grau de desenvolvimento econômico e social das microrregiões.

Com relação a desigualdade de renda verificou-se que esta aumentou tanto em nível estadual como em nível microrregional. O crescimento verificado no PIB *per capita* não se refletiu na distribuição da renda. De acordo com o índice de Gini a concentração de renda aumentou de 1991 para 2000, sendo que maior parte da população da microrregião de Blumenau está concentrada em áreas onde este índice varia entre 0,45 ou maior, a população de Itajaí entre 0,53 a 0,55 e a população de Joaçaba entre 0,50 e 0,55. Mas os níveis de desigualdade destas microrregiões encontram-se abaixo do nível estadual que se situa entre 0,55 e 0,60.

Conclui-se, com base nos indicadores considerados neste trabalho e na teoria da “Qualidade do Crescimento”, a microrregião com os melhores indicadores é também a de Blumenau, pois esta apresentou menores níveis de concentração de renda e melhores IDHM para os anos analisados. O principal fator que influenciou no aumento do IDHM nessa e nas demais microrregiões foi a IDH-Educação. Apresentou também menores taxas de desemprego

e maior crescimento do PIB, além de ter o setor industrial mais representativo das três microrregiões.

No entanto, os IDHM das microrregiões se encontraram em níveis bastante próximos entre uma microrregião e outra e permitem uma conclusão parcial de qual das três microrregiões é mais desenvolvida.

Assim, para que se possa fazer uma análise mais precisa, sugere-se a utilização de indicadores de cultura, saúde, pobreza, sustentabilidade ambiental, grau de investimento em educação, saúde e infra-estrutura, além de se fazer uma análise sob a ótica do desenvolvimento sustentável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANCO MUNDIAL. **Desenvolvimento redução da pobreza: reflexão e perspectiva.** Banco Mundial. 2004.

BARQUERO, Antônio Vasquez. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização.** Trad. Ricardo Brinco. Porto Alegre, FEE, 2001. p. 37-55.

CHAHAD, José Paulo Zeetano. Mercado de trabalho: conceitos, definições e funcionamento. In: PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de (Org.). **Manual de Economia.** 3.ed. São Paulo: Saraiva, 1998. p. 403-424.

FONSECA, Eduardo Giannetti da. O que é o desenvolvimento econômico. **Folha de São Paulo,** São Paulo. 2 jan. 1994. Economia Ilustrada.

HOFFMANN, Rodolfo. **Estatística para economistas.** 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 1998. p. 272-274.

IBGE. **Estimativas de População.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home>>. Acesso em 10/02/2007.

ICEPA. **Características e Potenciais.** Disponível em: <<http://cepa.epagri.sc.gov.br/>>. Acesso em 13/02/2007

IPEADATA. **População.** Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em 05/01/2006.

MATTEI, Lauro. **Panorama do desenvolvimento sócio-econômico catarinense.** 1999

MILONE, Paulo César. Crescimento e desenvolvimento econômico: teorias e evidências empíricas. In: PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de (Org.). **Manual de Economia.** 3.ed. São Paulo: Saraiva, 1998. p. 511-524.

PNUD. **Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil.** 2000. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/atlas/>>. Acesso em: 06/01/2007.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo dicionário de economia.** 11 ed. São Paulo: Best Seller, 2002. 649p.

Secretaria de Estado do Planejamento - SC. **Dados estatísticos municipais.** Disponível em: <<http://www.spg.sc.gov.br/>>. Acesso em: 18/11/2006.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento econômico.** 5.ed. ver. São Paulo: Atlas, 2005.

THOMAS, Vinod. *et al.* **A qualidade do crescimento.** Ed. UNESP, 2000. Disponível em <<http://www.bancomundial.org.br>> Acesso em: 2006.

ANEXO A

<i>Número de Empregados Segundo os Setores Econômicos em 2002</i>							
<i>Microrregião</i>	Indústria de Transf.	Comércio	Serviços	Adm. Pública	Agropecuária	Outros	Total
Blumenau	82.518	24.203	32.841	8.539	582	6.041	154.724
Itajaí	11.857	19.091	27.409	7.097	2.557	3.897	71.908
Joaçaba	25.546	8.626	12.988	5.478	7.665	2.044	62.347
Santa Catarina	371.293	181.722	287.441	153.262	29.813	54.398	1.077.929

Fonte: IPEADATA: Elaboração da autora.

*Neste item estão incluídos, além de outros setores e ignorados, os setores extrativo mineral, construção civil e serviços industriais de utilidade pública.

<i>Número de Empregados Segundo os Setores Econômicos em 2004</i>							
<i>Microrregião</i>	Indústria de Transf.	Comércio	Serviços	Adm. Pública	Agropecuária	Outros*	Total
Blumenau	102.194	31.733	40.627	10.945	942	6.050	192.491
Itajaí	16.564	27.339	38.345	11.909	3.177	4.747	102.081
Joaçaba	32.723	12.483	19.283	6.651	10.002	2.532	83.674
Santa Catarina	478.002	258.554	368.722	192.229	44.274	64.466	1.406.247

Fonte: IPEADATA: Elaboração da autora.

*Neste item estão incluídos, além de outros setores e ignorados, os setores extrativo mineral, construção civil e serviços industriais de utilidade pública.

ANEXO B

<i>Microrregião</i>	<i>População Ocupada - Rural</i>				<i>PEA - Rural</i>			
	1970	1980	1991	2000	1970	1980	1991	2000
Blumenau	32.829	31.289	38.971	37.138	33.084	31.860	41.133	39.113
Itajaí	13.644	11.808	8.517	9.892	14.207	12.180	8.917	10.691
Joaçaba	37.927	36.655	38.751	39.962	38.012	37.151	39.621	41.237
Santa Catarina	512.205	526.536	594.746	575.087	516.424	534.029	608.745	598.696

Fonte: IPEADATA; Elaboração da autora.

ANEXO C

<i>Microrregião</i>	<i>População Ocupada - Urbana</i>				<i>PEA - Urbana</i>			
	1970	1980	1991	2000	1970	1980	1991	2000
Blumenau	52.527	116.281	163.353	235.206	53.915	117.886	170.185	257.547
Itajaí	21.286	50.912	96.309	157.886	22.454	52.990	101.139	182.755
Joaçaba	22.857	43.373	71.509	97.307	22.996	43.763	75.060	109.862
Santa Catarina	355.104	804.266	1.302.675	1.831.589	365.805	822.157	1.368.132	2.083.659

Fonte: IPEADATA; Elaboração da autora.